

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Juliane Rocha Lara

Autoritarismo e Democracia: duas formas de superação do atraso –
Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos no debate.

Juiz de Fora

2013

Juliane Rocha Lara

**Autoritarismo e Democracia: duas formas de superação do atraso –
Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos no debate.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Leonardo Silva Andrada

Juiz de Fora

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lara, Juliane Rocha.

Autoritarismo e Democracia: duas formas de superação do atraso - Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos no debate. / Juliane Rocha Lara. -- 2013.
89 f.

Orientador: Leonardo Silva Andrada
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013.

1. Estado. 2. Modernização. 3. Pensamento Social Brasileiro. I. Andrada, Leonardo Silva, orient. II. Título.

Juliane Rocha Lara

Autoritarismo e Democracia: duas formas de superação do atraso –

Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos no debate.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 21 de março de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Leonardo Silva Andrada (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Doutor Eduardo Antônio Salomão Condé
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Gisele Silva Araújo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho aos meus pais Sérgio e Fátima, que sempre investiram em meus estudos e, também, ao William, companheiro de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sem a Força Maior nada disso seria possível. Só cheguei até aqui através do amor Divino, que me amparou em todos os momentos, em cada obstáculo.

Ao meu orientador e amigo Leonardo Silva Andrada, que confiou em mim, desde a graduação, que sempre me deixou livre e incentivou minhas decisões.

Aos amigos de graduação em Ciências Sociais UFJF Turma 2008-2011, que são parte dessa conquista por terem crescido e dividido comigo momentos críticos de minha formação intelectual.

Aos colegas de Mestrado Turma 2011-2013, que foram solidários nesse processo de construção da dissertação.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e aos professores do mesmo.

À Professora Gisele Silva Araújo e ao Professor Eduardo Salomão Condé pelas contribuições em minha banca de defesa.

Ao secretário do Programa, Francisco Filho (Chico), por sua generosidade em me amparar em momentos de dúvidas.

Aos meus pais, Sérgio e Fátima, e ao meu irmão Ítalo, que contribuíram para a formação de parte do que sou hoje, além do amor que me dedicaram durante a vida.

À amiga Tássia Picoli, com quem dividi as alegrias e as angústias da vida e desse projeto acadêmico.

À amiga Thalita Machado, que contribuiu com a amizade, com a torcida e com alguns livros.

Ao William Ponte, marido e grande amigo, companheiro de luta, que me deu apoio e incentivo. A ele agradeço e dedico com muita gratidão esse trabalho concluído.

À Universidade Federal de Juiz de Fora e ao órgão financiador desta pesquisa, CAPES.

“Uma teoria revolucionária, que não é um exercício sociológico, e sim objetiva a ação prática, deve, para ter valor, representar um pensamento coletivo, deve ser a resultante do esforço de toda uma corrente de pensamento trabalhando em comunhão e consonância”.

Caio Prado Jr.

“A sociologia é um estado de espírito. Você é sensibilizado para um problema e reage.”

Guerreiro Ramos

RESUMO

Esta dissertação pretende mostrar duas formas de governo distintas em um dado período histórico brasileiro, o autoritarismo (principalmente de 1937-1945) e a democracia (1946-1964), que objetivavam algo em comum, a superação do atraso. Tal superação contempla o fenômeno da modernização, vinculado à industrialização, na tentativa de suplantando a economia baseada na exportação de produtos primários. Em meio a esse contexto, teóricos como, Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos, procuravam interpretar e analisar a situação brasileira interna e externamente. Dessa forma, pretende-se, por fim, propor uma associação dessas duas interpretações político-sociológicas, que atentavam para as particularidades da Nação.

Palavras-chave: Estado; Modernização; Pensamento Social Brasileiro.

ABSTRACT

This dissertation purposes to present two distinct forms of government during a certain Brazilian historical period, the authoritarianism (mainly from 1937 to 1945) and democracy (1946-1964), that aimed something in common, the overcome of backwardness. Such overcome considers the phenomenon of modernization, linked to industrialization, in the attempt to supplant the economy based on the exportation of primary products. In the midst of this context, theorists as Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos, sought to interpret and analyze the Brazilian situation, inner an externally. Thus, it is intended, finally, to propose an association of these two political-sociological interpretations, that regarded the particularities of the nation.

Key-words: State, Modernization, Brazilian Social Thought.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL.....	13
1.1. Sobre a formação econômica brasileira.....	13
1.2. Modernização no Brasil.....	25
1.3. Autoritarismo como forma de superação do atraso.....	35
2. DEMOCRATIZAÇÃO E NACIONALISMO.....	44
2.1. Nacionalismo.....	44
2.2. Nacionalismo no Brasil.....	50
2.3 Nacionalismo à esquerda.....	54
2.4. Nacionalismo no Pós-45.....	58
2.5. Democracia como forma de superação do atraso.....	61
3. CAIO PRADO E GUERREIRO RAMOS NO DEBATE.....	65
3.1. Desenvolvimentismo brasileiro.....	65
3.2. O PCB e Caio Prado Junior.....	70
3.3. ISEB e Alberto Guerreiro Ramos.....	76
3.4. Convergências entres os autores.....	81
CONCLUSÃO.....	84
REFERÊNCIAS.....	86

INTRODUÇÃO

O Brasil de *ontem e hoje*, um tema quase que inesgotável, na medida em que ainda se carrega as consequências positivas e negativas de um passado denso e complexo no que tange os aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais. Sempre há a necessidade de se resgatar na História as causas das consequências problemáticas do País. Passado que se afirma frequentemente no presente e futuro que não se pretende inovador. Não que o quadro seja tomado pelo pessimismo, mas não há de se negar a efetiva influência comprometedora à consolidação da Nação (e sua imposição frente ao cenário mundial de forma menos submissa) desde os tempos da colônia.

Em um dado período histórico brasileiro, que se inicia na década de 1930 até os anos que seguem o governo iniciado em 1946, dois “surto” modernizantes tomaram conta das políticas nacionais, ora sob a roupagem autoritária, ora sob a roupagem democrática, mas em alguma medida, com o mesmo propósito idealizado, superar o atraso que o país carregava como herança de um passado de influências eloquentes, influências do colonialismo que tornou o Brasil figura secundária na dinâmica mundial, que tornou suas estruturas políticas arraigadas e com forte compromisso com o passado.

O que conduz a presente dissertação é mostrar as tentativas de superação do atraso no Brasil. Duas formas de governo tão distintas que objetivavam o mesmo fim: a superação da “marginalização” política e econômica. O autoritarismo da década de 30 compunha uma noção de organização da sociedade (que havia vivido na década passada uma série de revoltas)¹ dotando ao Estado um poder Executivo que se sobrepusesse ao Legislativo e ao Judiciário. Tal autoritarismo se opunha fortemente aos elementos liberais que tentavam ser implantados desde a época da Independência em 1822 e reforçados pela constituição de 1891.

¹ O Brasil na década de 1920 estava vivendo uma crise econômica, política, social, cultural e ideológica que culminou em levantes, como por exemplo, o Tenentismo, que possuía esse nome por conta da maioria de seus participantes serem tenentes e capitães do Exército. Outros segmentos da sociedade não participaram do movimento; o Movimento Operário por ter sido fortemente oprimido pelo governo; as Oligarquias Dissidentes preferiam as manobras políticas, sem caráter revolucionário; a população rural, fortemente submetida aos coronéis não possuíam penetração na vida política nacional; o empresariado industrial tinha interesses próprios a serem defendidos, não querendo se associar com a luta tenentista; as camadas médias do meio urbano eram plurais e passivas frente aos acontecimentos políticos do país; o PCB recém-criado ainda não tinha a força necessária de uma oposição. Como única força que supria o esvaziamento das lideranças capazes de conduzir o processo revolucionário, o Tenentismo pretendia conduzir a revolução e a adoção de posturas liberais e moralistas. O movimento fracassou muito em função de sua falta de preparo em assumir o lugar de oposição, não só por deter a força através das armas que isso seria possível.

E ainda, sob a forma de autoritarismo, aparecia a necessidade de unificar o poder no Executivo com fins voltados aos interesses da nação. Por outro lado, a democratização iniciada em 1946, sob a mesma égide do autoritarismo em alguma medida, colocou em pauta o *nacionalismo*, porém, agora firmado em preceitos democráticos de organização do Estado.

Desta forma, a presente dissertação de mestrado apresenta em três capítulos uma apresentação de todo esse contexto de 1930 a 1946. Duas formas de governo distintas que tinham como objetivo a mesma finalidade, a superação do atraso brasileiro. A intenção não é aprofundar em cada um dos períodos e suas formas específicas de superação, mas sim traçar seu cenário geral com base em algumas bibliografias referências para cada momento e propor uma convergência analítica com base em dois autores importantes dessa época: Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos.

Sendo assim, o primeiro capítulo *A modernização conservadora no Brasil* visa apresentar a formação econômica do Brasil, muito enraizada no período colonial, que deixou marcas na sociedade brasileira e discorrer acerca do período da dita modernização durante os anos de governo de Getúlio Vargas, principalmente durante a fase autoritária de fato, o Estado Novo de 1937 a 1945. E, por fim, articular sobre a modernização com base no autoritarismo².

² Em sua obra *Risorgimento*, Antonio Gramsci definiu o termo revolução passiva (“revolução-restauração”, “transformismo”). Gramsci tratou o Risorgimento como um movimento da formação de condições que propiciaram a Unificação Italiana, ligada ao contexto Europeu, e que refletia a hegemonia de forças moderadas e democráticas. Por acreditar em uma revolução do tipo jacobinista na Itália, o autor descreveu o processo ocorrido naquele país como uma revolução passiva, já que não houve participação das massas no transformismo sociopolítico ocorrido naquele momento. Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin) discorreu acerca da Rússia no momento em que essa caminhava para o capitalismo, ou seja, a produção agrária com bases feudais seria substituída por produção aos moldes capitalistas. Para tanto, duas vias eram possíveis no desenrolar desse processo, uma via norte-americana (revolucionária e abrupta) e outra prussiana (reformista e lenta), sendo a via prussiana (realizada sem a aliança entre os diversos atores), segundo Lênin, que foi aplicada no contexto russo, ou seja, aos moldes dos latifúndios feudais alemães que aos poucos se transvestiam de capitalistas, enquanto ocorria a expropriação camponesa apoiada pelo Estado. Lênin tinha preferência pela via norte-americana (que se daria através de uma aliança entre operários, camponeses e pequenos proprietários), já que essa se daria de forma completa e desenvolveria ao máximo as forças produtivas no capitalismo, criando terreno propício para o Socialismo. Barrington Moore Jr. utilizou o termo *modernização conservadora* em sua análise acerca das revoluções burguesas na Alemanha e no Japão no momento em que ocorria a passagem das economias pré-industriais para as capitalistas e industriais, de forma que tal modernização se deu através de pactos políticos

O segundo capítulo *Democratização e Nacionalismo* insere o tema do nacionalismo neste contexto de modernização, apesar de ter sido incorporado ao governo autoritário, ganhou forte espaço de fato durante os anos de democratização política brasileira. Se faz necessária a revisão teórica acerca do nacionalismo, o conceito de uma forma mais ampla, sua aplicação no contexto brasileiro, inclusive durante os anos de governo estado-novista, sua incorporação no Estado democratizante pós-1945, e ainda sua ligação com uma certa esquerda brasileira. A democracia também foi forma de superação do atraso e neste capítulo se propõe também uma argumentação desses dois elementos unidos, democracia e superação do atraso.

Por fim, mas não somente no terceiro capítulo *Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos no Debate*, se dará maior ênfase aos autores Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos, principalmente sob a análise de suas obras *A Revolução Brasileira* e *A Crise do Poder no Brasil*, frente a esse eixo que se pretender discutir. Desta forma, pretende-se discutir o desenvolvimentismo no Brasil, a esquerda brasileira, influências do PCB e do ISEB nas análises desses autores e por fim, os aspectos convergentes entre os autores a respeito da modernização e superação do atraso, que se aproximam mais do viés da modernização com base na democracia.

entre as elites desses países, e ainda, dando margem ao surgimento de governos autocráticos e totalitários. A modernização conservadora descrita por Moore Jr. se refere, portanto, a um processo revolucionário de caráter parcial, pois as antigas estruturas políticas, econômicas e sociais não foram eliminadas. A revolução na dita modernização conservadora vinha “de cima” segundo o autor.

1. A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL

1.1. Sobre a formação econômica brasileira

Para iniciar a discussão acerca da formação econômica brasileira é necessário voltar-se aos tempos do Brasil colonial, uma vez que acerca do referido período é possível dizer que o empreendimento de Portugal, apesar de pioneiro por vezes, foi secundário, não pelo ponto de vista de sua determinação em extrair riquezas dessas terras, mas porque em suma “o início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias” (FURTADO, 1970, p.6), não tornando o Brasil, ainda que colônia, direcionador de sua própria história. Portugal visava, de início a simples exploração e extração de riquezas da terra conquistada, não permitindo a construção de uma história onde o povoamento territorial era o foco principal da ocupação.

A respeito de Portugal, é certo que:

Até fins do século XIV, e desde a constituição da monarquia, a história portuguesa se define pela formação de uma nova nação europeia e articula-se na evolução geral da civilização do Ocidente de que faz parte, no plano da luta que teve de sustentar, para se constituir, contra a invasão árabe que ameaçou num certo momento todo o continente e sua civilização. No alvorecer do século XV, a história muda de rumo. Integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituído territorialmente o Reino, Portugal se vai transformar num país marítimo; desliga-se, por assim dizer, do continente e volta-se para o Oceano que se abria para outro lado; não tardará, com suas empresas e conquistas no ultramar, em se tornar uma grande potência colonial. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 18)

E pretende-se aqui remeter aos tempos coloniais levando em conta todo o processo de colonização europeia na América, mais especificamente a colonização sob as rédeas de

Portugal e Espanha, as diferenças do norte (inglesa) e dos sul (ibérica)³, o que elas desencadearam em cada realidade a qual foram implantadas, embora não seja o foco em questão. No caso brasileiro, como é difundido, com relação à ocupação, a intenção não foi o povoamento territorial no início, ao contrário, era simplesmente a extração de toda riqueza possível a ser convertida em lucro para a metrópole portuguesa.

Este início, cujo caráter manter-se-á dominante através dos séculos da formação brasileira, gravar-se-á profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Particularmente na sua estrutura econômica. E prolongar-se-á até nossos dias, em que apenas começamos a livrar-nos deste longo passado colonial. Tê-lo em vista é compreender o essencial da evolução econômica do Brasil [...] (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 23)

Mas é importante ressaltar que:

[...] um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 22)

Um caso particular de povoamento “muito diversa é a história da área tropical e subtropical. Aqui a ocupação e o povoamento tomarão outro rumo” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 25) e ainda que:

³ As diferenças aqui ressaltadas entre os empreendimentos colonizadores inglês e ibérico se refere mais aos aspectos internos das colônias, quando metrópole passou de fato a interferir nas novas terras, é nesse sentido da dinâmica interna das colônias que surgem um dos principais fatores de diferenciação entre elas.

É certo que a colonização da maior parte, pelo menos, destes territórios tropicais, inclusive o Brasil, lançada e prosseguida em tal base, acabou realizando alguma coisa mais que um simples “contato fortuito” dos europeus com o meio, na feliz expressão de Gilberto Freyre, a que a destinava o objetivo inicial dela; e que em outros lugares semelhantes a colonização europeia não conseguiu ultrapassar: assim na generalidade das colônias tropicais da África, da Ásia e da Oceania; nas Guianas e algumas Antilhas, aqui na América. Entre nós foi-se além no sentido de construir nos trópicos uma “sociedade com características nacionais e qualidades de permanência”, e não se ficou apenas nesta simples empresa de colonos brancos distantes e sobranceiros. (PRADO JÚNIOR, 2004, p.29)

Como disse Caio Prado, o tipo de colono que se instala em terras brasileiras “não é o trabalhador, não é o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio”, e ainda instala-se aqui a grande propriedade com produção monocultural, mais tarde com trabalho escravo.

Contudo, podendo se tornar um forte produtor agrícola, com um sistema plenamente articulado, a colônia de Portugal obteve mais um insucesso sob certo ponto de vista, mas novamente devido à situação lusitana perante aos demais países europeus.

O quadro político-econômico dentro do qual nasceu e progrediu de forma surpreendente a empresa agrícola em que assentou a colonização do Brasil foi profundamente modificado pela absorção de Portugal na Espanha. A guerra que contra esse último país promoveu a Holanda, durante esse período, repercutiu profundamente na colônia portuguesa da América. (FURTADO, 1970, p. 16)

Resultado disso foi que, durante o tempo em que holandeses passaram no Brasil, apreenderam conhecimentos técnicos e organizacionais da produção açucareira, reproduzindo-os na região do Caribe, de modo que Portugal não mais obteve rendimento máximo em sua empresa agrícola-colonial em terras brasileiras, inviabilizando o monopólio português, e da colônia Brasil, desse mercado no comércio dessa especiaria.

São estes, em suma, os característicos fundamentais da economia colonial brasileira: de um lado, esta organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora de comércio internacional. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 123)

O Brasil colônia esteve destinado às decisões “ingênuas” (não se quer dizer que não havia planejamento nas decisões políticas e econômicas) de Portugal, esse último decidiu unir-se à Inglaterra para manter seu status de metrópole colonial, mas à custa de perder sua soberania frente à colônia, como afirma Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, “Portugal fazia concessões econômicas e a Inglaterra pagava com promessas ou garantias políticas”.

Em substância, nas suas linhas gerais e caracteres fundamentais de sua organização econômica, o Brasil continuava, três séculos depois do início da colonização, aquela mesma colônia visceralmente ligada (já não falo da sua subordinação política e administrativa) à economia da Europa; simples fornecedora de mercadorias para seu comércio. Empresa de colonos brancos acionada pelo braço de raças estranhas, dominadas mas ainda não fundidas na sociedade colonial. (PRADO JÚNIOR, 2004, p.124)

O ciclo do ouro foi rentável e garantiu certa autonomia ao Brasil, deixando para Portugal a posição de entreposto comercial, se por um lado garantiu à colônia uma alavanca de mudanças significativas no âmbito demográfico, por outro para a metrópole significou uma aparente riqueza, já vivida, por exemplo, pela Espanha. Apesar dessa suposta riqueza de Portugal nesse momento, é possível verificar os passos atrás dos portugueses, uma vez que durante a decadência do ouro no século XVIII, a Inglaterra já entrava na Revolução Industrial, revelando, mais uma vez, a posição secundária de Portugal e Brasil no cenário mundial.

[...] a transmigração da família real portuguesa para a colônia é devida a um movimento defensivo quanto à irradiação, sob Napoleão, da influência da Revolução Francesa. Mas esse movimento defensivo era, por natureza, ambivalente: o que significava *conservação* na metrópole importaria *conservação-mudança* na Colônia. (WERNECK VIANNA, 2004, p. 44)

Alguma mudança ocorria na Colônia com a vinda da Família Real, mas tal mudança já se apresentava de forma genuinamente brasileira, *conservação-mudança* (conceito utilizado pelo cientista político Werneck Vianna), conservando suas estruturas políticas, sociais e econômicas, que seriam transmitidas, mais tarde, com toda essa carga do passado colonial.

No binômio *conservação-mudança*, o termo *mudança* passa a comportar consequências que escapam inteiramente à previsão do ator, gerando expectativas de que a via do transformismo poderia ser concebida como a melhor passagem para a democratização do país. (WERNECK VIANNA, 2004, p. 49)

A proposta aqui de destacar o momento colonial brasileiro se deve ao fato de que todo ocorrido nesse período histórico ficou marcado nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país.

Da economia brasileira, em suma, e é o que devemos levar daqui, o que se destaca e lhe serve de característica fundamental é: de um lado, na sua *estrutura*, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto; um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra. Doutro lado, no *funcionamento*, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua *evolução*, e como consequência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 127)

Frente ao processo de independência do Brasil, a Inglaterra queria manter os privilégios sobre a colônia, sendo assim, na primeira metade do século XIX houve uma

consolidação da integridade territorial e uma maior firmeza quanto à independência política, mas os privilégios garantidos à Inglaterra trouxeram impactos negativos na economia brasileira ao longo dos anos.

O passivo político da colônia portuguesa estava liquidado. Contudo, do ponto de vista de sua estrutura econômica, o Brasil da metade do século XIX não diferia muito do que fora nos três séculos anteriores. A estrutura econômica, baseada principalmente no trabalho escravo, se mantivera imutável nas etapas de expansão e decadência. A ausência de tensões internas, resultante dessa imutabilidade, é responsável pelo atraso relativo da industrialização. A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira. (FURTADO, 1970, p.38)

A economia brasileira, em sua formação, se encontrava frágil às oscilações do mercado mundial e sem uma saída produtiva para as crises, como ocorreu, por exemplo, com a crise cafeeira, que se configurou no problema da superprodução. Mais à frente, inclusive para suprir os efeitos da crise cafeeira, a produção industrial voltada para o mercado interno revela mais uma vulnerabilidade da economia brasileira.

Na economia tipicamente exportadora de matérias-primas a concorrência entre produtores internos e importadores era quase inexistente. As flutuações na taxa cambial comprimiam a procura de um ou de outro setor, mas não determinavam modificações estruturais na oferta. Ao começarem a concorrer os dois setores, as modificações na taxa cambial passaram a ter repercussões demasiado sérias para que fossem abandonadas às contingências do momento. Perdia-se, assim, um dos mecanismos de ajuste mais amplos de que dispunha a economia e ao mesmo tempo um dos instrumentos mais efetivos de defesa da velha estrutura econômica com raízes na era colonial. (FURTADO, 1970, p.203)

Mais um ponto de dissonância com relação à economia brasileira em sua formação se refere à orientação liberal, uma vez que essa não era equivalente concomitantemente nos campos político e econômico, havia um abismo entre a real compreensão do liberalismo que pretendia ser implanto no Brasil e as verdadeiras possibilidades, frente à estrutura social, principalmente, que se encontrava por aqui. Acerca da questão do liberalismo é interessante lembrar a corrente oposta a ele no Brasil, encabeçada por Oliveira Vianna, Sílvio Romero e Alberto Torres, pertencentes à linhagem conservadora, era ligada ao pensamento autoritário nos anos 1930. Oliveira Vianna demonstra que o parlamentarismo inglês, o sufrágio universal francês e o federalismo norte-americano foram modelos liberais políticos importados e que não se aplicavam no Brasil. Para ele o Brasil estava fadado à oligarquia, o que reforça uma noção do povo passivo, alheio e ignorante frente às questões políticas, sociais e econômicas. Em *Instituições Políticas Brasileiras* Oliveira Vianna ressaltou a necessidade de se conhecer mais a sociedade brasileira, seu povo em termos culturais também e não importar modelos estrangeiros para o país.

[...] o Estado-nação, inspirado no liberalismo, nascia sem uma economia que se apresentasse em homologia a ele. Se na sociedade civil, o liberalismo atuava como o “fermento revolucionário”, induzindo rupturas moleculares na ordem senhorial-escravocrata, ele não poderia comportar-se como o princípio de sua organização, sem acarretar, com isso, o desmonte da estrutura econômica, fundada no trabalho escravo e no exclusivo agrário e que assegurava ao Estado uma forma de inscrição no mercado mundial e presença internacional. (WERNECK VIANNA, 2004, p. 45)

O período que marca a crise da economia cafeeira e a transição para um sistema industrial, reflete o colapso de um sistema baseado na monocultura e também a dificuldade de estabelecer uma indústria forte interna externamente no Brasil. A produção agrária voltada para o mercado externo teve momentos de expansão e crise, no qual produtos como o café, a borracha, o cacau e o açúcar perderam espaço, e por serem fonte primária de capital, deixaram marcas na economia brasileira.

Mais um processo se inicia, a industrialização, e desde o começo marcado pela dificuldade de implementação e consolidação, e segundo Caio Prado Jr.:

Entre a primitiva indústria artesanal da colônia e a moderna maquinofatura, interpõe-se na evolução econômica do Brasil um grande hiato. Aquela decaiu e praticamente se anulou antes que a outra surgisse. (...) a abertura dos portos ao livre comércio exterior em 1808, aniquilou a rudimentar indústria artesanal que existia na colônia. Não somente se abriram os portos, mas permitiu-se que as mercadorias estrangeiras viessem concorrer no mercado brasileiro em igualdade de condições com a produção interna, graças a tarifas alfandegárias muito baixas (15% *ad valorem*) que se mantiveram até 1844. As débeis manufaturas brasileiras, já tão embaraçadas pelas precárias condições econômicas e sociais do país, sofrem com isso um golpe de morte. Diante da concorrência dos produtos da indústria europeia, de qualidade superior, muito mais variados e de baixo custo, elas não somente se tornavam incapazes de progredir, mas praticamente se paralisam. E quando, à mercê de novas circunstâncias, a indústria brasileira se restabelece, terá por isso que partir do nada, já sem tradição manufatureira, sem condições materiais e sobretudo elemento humano aproveitáveis. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 257)

Mas como bem lembrou Caio Prado faltava ainda para o desenvolvimento e estabelecimento de fato da indústria brasileira fontes de energia suficientes, siderurgia e, principalmente, mercados consumidores, uma vez que o nível demográfico e econômico do país, e sua produção eram ínfimos.

A orientação da economia brasileira, organizada em produções regionais que se voltam para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 258)

Contudo, ainda assim havia algumas circunstâncias favoráveis para seu desenvolvimento, o encarecimento de produtos importados, as altas tarifas alfandegárias, disponibilidade de mão-de-obra e seu baixo preço, e também a produção brasileira de algodão, essa última estava intimamente ligada ao estabelecimento da pequena indústria têxtil no Brasil. Mas apesar dos inegáveis avanços:

[...] a maior parte da indústria brasileira continuará como dantes: largamente dispersa em unidades insignificantes, de rendimento reduzido e produzindo exclusivamente para estreitos mercados locais. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 263)

Outro fator da incipiente indústria brasileira se refere à acumulação capitalista, que na Primeira República ainda era restrito ao indivíduo, “aqueles que têm capitais aplicados na indústria são unicamente indivíduos que lograram reunir fundos suficientes para se estabelecerem nela por conta própria e independentemente”. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 264)

Não é difícil compreender a debilidade orgânica em que se debaterá a indústria brasileira. E sua grande vulnerabilidade. A sua sorte estará indissolavelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país; bem como o estado das finanças públicas e o ritmo das emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 265)

Dada, em suma, a situação da indústria brasileira, vale ressaltar a questão da intervenção do capital estrangeiro na economia, mostrando mais uma vez a dependência, a fragilidade da economia frente ao contexto mundial, e a posição de subordinado que o Brasil carregava, em função de seu passado colonial e das estruturas políticas, econômicas e sociais encontradas aqui.

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país. (...) Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino, em função do qual se formou e desenvolveu. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 270)

Ainda com relação à penetração do capital financeiro no país, Caio Prado afirma que esse fenômeno teve origem nos primeiros empréstimos concedidos pela Inglaterra pouco tempo após a independência em 1822, uma vez que “destinavam-se aqueles empréstimos a realizar e consolidar a autonomia política do país, e assegurar com isso a liberdade do seu comércio, o que significava então o predomínio mercantil inglês” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 271).

Na indústria manufatureira as inversões de capital estrangeiro resultam geralmente da luta de grandes empresas pela conquista de mercados. Para penetrarem no Brasil como seus produtos, começam instalando agências comerciais. Depois, para contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, dos transportes, para se aproveitarem da mão-de-obra barata ou para se adaptarem melhor às peculiaridades do mercado brasileiro, transferem para o país, na medida do possível e das suas conveniências próprias, parte e às vezes mesmo todo o processo de produção, estabelecendo nele indústrias subsidiárias. (PRADO JÚNIOR, 2008, p.274)

No âmbito do imperialismo⁴ o Brasil ocupava uma posição de inferioridade:

É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar. Mas esses mesmos valores são por si, nada; porque contam unicamente como parcelas de um conjunto que abarca o mundo e somente nele representam algum papel. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 279)

⁴ “Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática”. (LÊNIN, 1975, p.41)

Tanto em terras brasileiras, quanto no resto do mundo, o imperialismo se apresentou paradoxal “ao mesmo tempo em que estimulou as atividades de energia do país, e lhe forneceu elementos necessários ao seu desenvolvimento econômico, foi acumulando um passivo considerável e tornou casa vez mais onerosa a sua ação” (PRADO JÚNIOR, 2008, p.283) e ainda “favorecendo aquele progresso, acumulou no Brasil os fatores com que o país contou e continua contando para sua definitiva libertação”. (PRADO JÚNIOR, 2008, p.283)

Mas a par desses aspectos negativos do imperialismo, encontramos nele um lastro positivo. Ele representou sem dúvida um grande estímulo para a vida econômica do país. Entrosando-a num sistema internacional altamente desenvolvido como é o do capitalismo contemporâneo, realizou necessariamente nela muitos dos seus progressos. O aparelhamento moderno de base que contraria a economia brasileira até as vésperas da II Guerra Mundial foi quase fruto do capital financeiro internacional. (PRADO JÚNIOR, 2008, p.282)

Essa breve exposição pretendeu esboçar o desenho da formação econômica do Brasil, que se deu de forma dependente e frágil, fazendo com que os séculos seguintes herdassem problemas econômicos estruturais. Um sistema econômico baseado na monocultura é oposto ao processo de industrialização, dessa forma, a indústria brasileira, que foi tardia, não garantiu a inserção imediata no mercado mundial e ainda traz os solavancos desse atraso, “Com efeito, o Brasil, mais que qualquer outro país da América Ibérica, esta vasta região do continente americano que chega à modernização em compromisso com o seu passado...” (WERNECK VIANNA, 2004, p. 43).

Não são as estruturas econômicas herdadas da Colônia que impõem a forma do Estado, e sim o oposto: é o Estado que, ao restaurá-las, inicia sua história com a única alternativa econômica compatível com a vocação de sua estratégia territorialista. O período da Regência vai deixar claro que o impulso americano em favor da livre iniciativa, do mercado e da descentralização política, se podia trazer a afirmação da liberdade, certamente implicava a perda da unidade territorial. E esse compromisso do Estado de forma liberal com meios pré-capitalistas de extração do excedente econômico vai caracterizar, na ampla galeria de casos nacionais de revolução passiva, a solução brasileira como talvez a sua modalidade mais recessiva, e não apenas por sua precocidade, mas sobretudo pelo sistema de orientação pré-moderno de suas elites políticas, cujo liberalismo é prisioneiro do iberismo territorialista. (WERNECK VIANNA, 2004, p. 45)

1.2. Modernização no Brasil

A modernização pode ser entendida como:

A *modernização*, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro — ela é uma só, com um vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas. Talvez se possa dizer, ainda, que a *modernização*, ao contrário da modernidade, cinde a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira do que na segunda. (FAORO, 1992, p.9)

Ao tratar o processo de modernização nos países da América Latina verifica-se que há fatores em comum, e isso muito em função da forma como se deu a expansão econômica nesses países, fundamentada na economia de exportação primária, limitando, em alguma medida, os efeitos dessa modernização.

A industrialização dos anos 30 começou, na realidade, na maioria dos casos, não já como um processo deliberado ou planejado, mas sim como um processo *forçado*, imposto pelas novas condições criadas pela Grande Depressão e seguidas, logo depois, pela Segunda Guerra Mundial. O crescimento econômico, que caracterizaram a maior parte dos países latino-americanos na década de 40 e primeira metade dos 50, pareciam terminar em uma interrupção ou, pelo menos, em uma diminuição notável nos anos que se seguiram. Ainda quando a industrialização em alguns dos países mais adiantados foi mais além da etapa de substituição de bens de consumo de importação, apareceram outros obstáculos que atrasaram tanto o desenvolvimento industrial como o desenvolvimento e a modernização de outros setores da economia. (GERMANI, 1974, p. 43)

Outro aspecto comum aos países latino-americanos que viveram esse processo de modernização é que:

Mesmo quando foram conspícuos e difundidos, os “efeitos modernizadores” *não conseguiram os mecanismos apropriados e suficientes para a “mudança auto-sustentada” na ordem social, econômica e política* (este é, de um tipo de mudança capaz de se realizar sem profundas rupturas do sistema social, ainda que o modificando). (GERMANI, 1974, p. 48)

No caso brasileiro, sendo o café a principal fonte de riquezas do país (pelo menos até o período denominado República Velha, quando se deu uma mudança nesse quadro econômico do país) qualquer que fosse a oscilação no mercado internacional, que pudesse afetar as exportações cafeeiras, criaria crise generalizada, uma vez que, direta ou indiretamente, as outras atividades do país dependiam do café.

Como exemplo do que foi citado acima, a crise de 1930 (internacional) intensificou a necessidade de uma industrialização capaz de superar tais problemas econômicos e, ainda, o subdesenvolvimento. Esta industrialização já havia se iniciado nos fins do século XIX, mas só a partir da década de 30 que passou a ser prioridade da política econômica do país. Neste momento, então, a indústria assumiu um processo de substituição das importações (PSI) – a economia brasileira voltada para a industrialização intensificou também o processo de urbanização. A substituição das importações implicou além do simples investimento na indústria, também em políticas econômicas, protecionistas ou não, com a finalidade de estimular o consumo interno das mercadorias nacionais.

[...] na crise do sistema colonial brasileiro, já francamente desencadeada no período imediatamente anterior à II Guerra Mundial, e precipitando-se nos anos decorridos desde então, geram-se as forças e os fatores renovadores que desvendam largas perspectivas para a reestruturação da economia brasileira em, bases novas, mais condizentes com o nível atingido pelo nosso povo. Tais perspectivas ainda são contudo, no fundamental, obstadas pelos remanescentes do velho sistema. Encontram-se aí raízes das dificuldades e perturbações econômicas que atingem tão profundamente, na atualidade (1970), a vida do país e de seu povo. Trata-se, pois, de apressar o processo de transformação e orientá-lo convenientemente, realizando com isso a reforma estrutural da economia brasileira capaz de a elevar a um novo plano inteira e definitivamente liberto de seu passado colonial. (PRADO JUNIOR, 2008, p. 341)

Com base na obra *A Revolução de 1930* de Boris Fausto, o período da República Velha (1889-1930) se caracterizava por apresentar uma sociedade civil que não possuía canais legais de participação, o que reflete em uma sociedade pouco democrática, onde prevaleciam as vontades particulares de uma oligarquia agrária. O Brasil constituía uma nação não moderna, sendo que um dos fatores que impediam o desenvolvimento brasileiro era o fato de não ter ocorrido ascensão da burguesia industrial e das classes médias.

Boris Fausto procurou reinterpretar a História com base em dois elementos básicos. O primeiro elemento partia de uma rigorosa análise da estrutura socioeconômica, se amparando em dados estatísticos, percentual da população classificado como classe média, percentual da produção industrial do país, dentre outros. O segundo buscava uma análise do quadro político-partidário e ideológico da época; identificando aproximações ideológicas entre as diversas correntes do pensamento político e objetivos a serem atingidos por estas correntes. O autor tinha por proposta responder às seguintes questões: A revolução de 30 representa ascensão da burguesia industrial? Tal ascensão é correspondente à classe média? O tenentismo expressava ideologia da classe média?

Fausto responde negativamente às três perguntas citadas anteriormente. A negação dos pressupostos vigentes à época encontra respaldo justamente na análise dos dois elementos elencados em sua metodologia. Para o autor, a Revolução de 30 não representava a ascensão da burguesia industrial e nem estava atrelada à classe média, pois, ocorreram apenas medidas favoráveis ao setor industrial, porém, estas não compunham um projeto de nação propriamente dito em 1930 e somente poderia ser interpretado desta maneira a partir de 1937. A interpretação quanto a um possível antagonismo entre *Classe Média* e *Oligarquia* é desconstruído, pois não haveria classe média expressiva capaz de estabelecer oposição à oligarquia e leva a concluir que a Revolução de 1930 não é um movimento da classe média. A relevância da classe média é minimizada por Boris Fausto devido à sua baixa expressão percentual da população, se apoia nos números da estratificação social para fundamentar seu argumento e ainda coloca o Tenentismo⁵ como uma resultante das tensões da época e que o

⁵ O Tenentismo foi o movimento (e o último desse tipo de envolvimento militar de um segmento da instituição não totalmente profissionalizada, típico da República Velha) que significou a antítese dos movimentos militares posteriores a 37, que tinham como princípio básico o envolvimento da instituição como um todo, conduzida por seus chefes, tentando promover seus valores e objetivos próprios.

movimento não poderia ser associado a uma manifestação de classe média tamanha sua incipiência na época.

Uma crítica razoável a esta abordagem de Fausto se refere à ausência de um conceito definido de classe, de grupos de interesse ou ainda de frações de classe, pois sua conclusão leva a uma pergunta simples. A qual classe pertencem os tenentes? E os militares em geral? Quais os critérios conceituais de Boris Fausto que podem definir o que é classe social; ou o que é classe média para ele? Não há uma precisa definição conceitual de classe média. Quanto ao aspecto político ele alega não haver confluência ideológica entre tenentes e classe média. O Tenentismo não portava uma ideologia de classe média e se aproximava em alguma medida de uma dose de autoritarismo “unificador” e nacionalista, contidos no pensamento de Alberto Torres e seu discípulo Oliveira Vianna, segundo a tese de Boris Fausto. Mas, de alguma forma, pode-se dizer que este conceito de classes médias utilizado por Boris Fausto corresponde a “população civil urbana, que trabalha por conta própria ou recebe salários por trabalho não manual, abrangendo os pequenos empresários e comerciantes, funcionários públicos, empregados no comércio, profissionais liberais” (FAUSTO, 1991, p. 54). As classes médias não tinham representatividade política, devido sua heterogeneidade de classe, e encontraram no movimento Tenentista tal expressão que desejavam.

Sobre a ambiguidade do movimento, o Tenentismo se constituía como difuso tanto do ponto de vista político quanto ideológico, possuía características militares e também tendências reformistas autoritárias, mas ainda assim constituía um movimento que possuía a simpatia popular e era visto como “braço armado” da dissidência civil. Compreendia o poder executivo como instrumento próprio para realizar as modificações da ordem vigente.

A ideologia Tenentista nada tinha de liberal e enfatizava a necessidade de reformas, surgiu como resultante das diversas tensões da época, porém se apresentavam alheios à ideologia da classe média. Ao participarem e apoiarem a Revolução de 1930 alguns “tenentes” foram incorporados ao governo Vargas, mas a experiência revelou as inconsistências de um grupo pouco integrado. Desse modo, verifica-se que o Tenentismo não organizou as classes médias nem as representou no poder.

Segundo a referida obra de Fausto, fazendo as devidas ressalvas, as sociedades latino-americanas estavam inseridas no dualismo das sociedades rurais e modernas. No caso brasileiro, a formação social do país se deu através de uma contradição entre o setor agrário-

exportador e os interesses voltados para o mercado interno (relação oposicionista entre latifúndio e burguesia). Tais contradições, segundo Fausto, resultaram na Revolução de 1930, que como movimento social tinha, entre outros objetivos, o de promover a expansão do capitalismo industrial no país, uma vez que a indústria (década de 1920) era dependente do setor agrário-exportador e as atividades predominantes se concentravam nos setores têxteis e alimentícios.

A crise da República Velha nos anos 20 foi uma crise socioeconômica, política e cultural (o Brasil era uma nação “atrasada” no que se referia ao desenvolvimento industrial, social e cultural, além de fatores externos como a crise de 29 que provocou danos à economia cafeeira e também neste período buscava-se respostas sobre a formação social do país). As oligarquias dissidentes do Rio Grande do Sul e da Paraíba, com o apoio de Minas Gerais, dos tenentes e da classe média se manifestaram na criação da Aliança Liberal, que lançou a candidatura de Getúlio Vargas em resposta a indicação de Júlio Prestes feita pelo então presidente Washington Luís. No pleito de março de 1930 Vargas é derrotado, e após a morte de seu vice, João Pessoa, os acontecimentos foram precipitados. Uma junta militar derrubou Washington Luís, impediu a posse de Júlio Prestes e colocou Vargas no poder.

Já no poder, Vargas estabeleceu o “Estado de Compromisso”, no qual o presidente assumiu dar representatividade a todos os segmentos envolvidos na Revolução, era um pacto entre Estado e os grupos ou classes que davam sustentação ao novo governo. Fausto comprovou que a Instituição que garantiu a existência do “Estado de Compromisso” foi o Exército, pois este era o “unificador” de várias frações da classe dominante. “A nova forma de Estado – mais centralizado, intervencionista – é uma condição básica para a expansão das atividades industriais, mesmo quando deformada e submetida ao capital externo” (FAUSTO, 1991, p.105).

Para Boris Fausto, a Revolução de 1930 não representou a ascensão da burguesia industrial nem foi um movimento atrelado à classe média, mas sim colocou fim à hegemonia da burguesia do café e impôs a necessidade do país se reajustar quanto a sua estrutura econômica (que até o momento era baseada em um único gênero – café – para exportação).

Em *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, o autor Luiz Werneck Vianna articulou de modo habilidoso um processo histórico político de modo sintético para enunciar um problema prático que compromete uma análise de conjuntura eficiente em seu julgamento, a fusão de

liberalismo e democracia. Ele distinguiu *Liberalismo* de *Democracia* com clareza apresentando elementos de um e de outro, e reavivou momentos históricos que permitiram uma espécie de fusão entre pressupostos liberais e democráticos por afinidade e ou por conveniência contingencial.

O caráter social, político e econômico da sociedade brasileira por volta de 1930 foram analisados de modo a sustentar sua análise conjuntural. Alguns movimentos considerados importantes por Werneck Vianna como a confluência entre classe média e o movimento tenentista, o contexto histórico de 1930 e a crise de 1929, a superprodução de café no Brasil, além da pressão exercida ao Estado por setores alijados do poder, foram o fio condutor da tese desse autor.

O posicionamento político da burguesia da época foi descrito pelo autor como inicialmente ortodoxa e, em um segundo momento, tal burguesia consente algumas práticas heterodoxas e estas resultam no processo gradativo de judicialização da política. Neste primeiro momento, a burguesia pré-1930, tinha sua postura política bem definida. Essencialmente liberal e avessa às legislações sociais, assumindo um projeto convencional de elites dominantes. A rejeição às legislações trabalhistas denuncia não apenas uma razão instrumental, mas também uma identificação ideológica com o liberalismo clássico, onde as relações entre trabalhadores e patrões ocorrem sem mediação do estado, com efeito, a relação capital trabalho se dá sem qualquer instância mediadora. No período investigado, este quadro se agrava quando se atenta para o alto contingente do exército industrial de reserva, muito bem-vindo aos propósitos de manutenção das elevadas taxas de acumulação capitalista.

A perspectiva econômica ortodoxa da burguesia repudiava qualquer intervenção estatal no mercado, este era o posicionamento inicial, pois todos os males econômicos decorriam da intervenção estatal. Em alguma medida, a possibilidade iminente de conflito, seja este de que natureza for, exigia uma terceira instância, esta agiria na mediação do conflito. É fato que o Estado Brasileiro já existia, porém a contingência abria um precedente no posicionamento político da burguesia quanto ao consentimento de leis trabalhistas elaboradas pelo estado. Obviamente havia reticências no que se refere a esta mediação estatal por meio de leis e na própria formulação delas. Com efeito, a burguesia objetivava compensar possíveis quedas nas taxas de acumulação oriundas das regulamentações estatais expressa nas leis, exigiu contrapartidas do Estado, que por sua vez, criou subsídios para isto.

Segundo Werneck Vianna, as teorias contratualistas abriram espaço em alguma medida para a formação dos sindicatos mais tarde, uma vez que deixaram de reinar princípios tradicionais do contrato no caráter individual e entraram em pauta a relação entre o coletivo e o mercado, sendo assim, seria como se o pensamento liberal passasse de um plano individual para um social.

Sendo assim, a interpretação de Werneck Vianna se diferencia de Boris Fausto, que considerava uma ordem liberal excludente. Haja vista o contexto histórico e o desenvolvimento de um corporativismo por parte dos trabalhadores da época, Werneck Vianna aponta uma postura de inclusão por parte do liberalismo burguês no período. As classes médias aderiram às contestações com um objetivo claro, a confluência entre classes médias e burguesias se deu mais pela flexibilidade dos princípios liberais burgueses, do que pela afinidade dos tenentes às práticas liberais, acarretando pressão ao estado; historicamente o envolvimento da burguesia com o liberalismo não foi em vão ou por pura semelhança ideológica. Diferentemente de Boris Fausto, Werneck Vianna apontou para um quadro consensual entre elites e classes médias brasileiras. Esta confluência é reforçada pelo contexto histórico de 1930 e pela crise de 1929 nos EUA.

As oligarquias dissidentes queriam democratizar o liberalismo, porém encontrava do outro lado a classe média, contrária ao movimento. Quando se fala em liberalismo democratizante, refere-se a uma espécie de justiça como uma instância de controle do poder executivo, de forma a restaurar a pureza liberal, do princípio de igualdade de todos perante a lei.

Para Luiz Werneck Vianna a ordem liberal sob o comando das oligarquias agrárias era excludente, diferente do que pensava Boris Fausto. E mais, o autor expõe que em resposta à ideologia da burguesia (Pré-Revolução de 1930), que era essencialmente liberal, contrária a qualquer intervenção estatal no mercado e avessa às legislações sociais – como leis trabalhistas – os trabalhadores se organizaram de modo corporativista.

A Revolução de 1930, que representou a transição da sociedade agrária, com economia agroexportadora, para uma sociedade urbana baseada na indústria, manteve em muitos aspectos a ordem social, ou mesmo se passaram a ocupar lugares diferentes, foi mantida a distância entre os grupos dominantes e dominados. Um desenvolvimento que

custou caro à sociedade brasileira, apesar de necessário, reflete as desigualdades vistas até hoje.

Werneck Vianna ainda estabelece um breve diálogo com Caio Prado Júnior para alertar acerca da necessidade de considerar as especificidades do caso brasileiro e do surgimento de sua burguesia. Assim como Caio Prado, Werneck Vianna afirmava que não houve feudalismo no Brasil, houve condições peculiares, como por exemplo, o Brasil Império que mantinha ressalvas quanto a uma ordem liberal e mantinha incipiente o *homo economicus* que veio à tona na República. Ainda em seu diálogo com alguns autores, ele se diferencia da interpretação de Raimundo Faoro, uma vez que esse compreendia a questão brasileira como um sufocamento da ordem racional legal moderna pela tradição, se apoiando em Weber. Ele alega que não havia movimento pendular entre tradição e modernidade, a ideia de *via prussiana* começa a fazer mais sentido, pois, para Werneck Vianna, o “peso” da intervenção estatal brasileira inclusive impulsionou o desenvolvimento de uma ordem liberal industrial e não o contrário como afirmara Faoro, ao entender que a intervenção estatal oriunda do estado português patriarcal impedia o desenvolvimento desta nova ordem. Desde o rompimento do pacto colonial surgira o germe do liberalismo competitivo no Brasil, ou seja, o capitalismo, comprovando que mesmo um estado “autoritário” pode promover acumulação. O sistema liberal excludente é abalado na década de 1920, a contingência anterior a essa década se alterou. A oligarquia como único setor influente politicamente e que dominava o poder é desafiada. O surgimento de novos tipos de atores políticos sociais econômicos, um processo que se iniciara na Independência do Brasil e em alguma medida, na exploração de ouro em Minas gerais, culminou na década de 20.

Os anos 20 englobaram uma crise profunda, e dentre os pontos destacados, quanto à crise social, se deu no país uma organização político-ideológica das classes subalternas, o proletariado⁶.

Além disso, empresários, frações das oligarquias (exportadoras ou não), classes médias urbanas e rebeldes da juventude militar, apoiaram-se sob a bandeira do ideário liberal. Porém, mesmo com as oligarquias agrárias compelidas de assumir a ordem do liberalismo, no

⁶ O Partido Comunista Brasileiro – PCB foi fundado em 25 de março de 1922 por antigos militantes anarquistas, liderados por Astrogildo Pereira, após o movimento tenentista. Em sua fundação havia a convergência de ideais libertários do recente proletariado, e aos poucos foram sendo incorporados representantes da intelectualidade brasileira.

Brasil o indivíduo liberal carregava a herança pesada de uma tradição autoritária, centralizada e a estamental-burocracia. A crise de 29 precipitou a dissolução do liberalismo oligárquico que já apresentava problemas.

As condições brasileiras apontavam para a oportunidade de se implantar sistema diverso de articulação entre o capital e o trabalho. O fordismo corresponderia exemplarmente à medida das nossas necessidades:

A ruptura da ortodoxia liberal, promovida pelos próprios setores oligárquicos que a implantaram, e a pressão operária pela intervenção legal do Estado sobre o mercado de trabalho suprimiram o espaço para a passagem do projeto fordista da facção burguesa industrial. Incapaz de pensar fora do universo da fábrica e dos postulados constitutivos do liberalismo clássico, mostrou-se impotente quando a guerra pelo controle da vida social passou de “posição” a “movimento”, para usar uma imagem hoje em voga. Emergente na vida política, lhe custará acudir á imaginação que o Estado *benefactor* afinal não era subversivo, embora nunca esconderá confiar mais numa ordem exaltadora do indivíduo e de sua empresa. (WERNECK VIANNA, 1999, p.85).

Werneck Vianna delimitou como objeto de vários estudos anteriores, o assalto do poder estatal pela burguesia. Ele atentou para as limitações de interpretações pregressas, descreveu possíveis falhas nestas interpretações e afirma o problema em tratar a questão do rompimento do poder oligárquico agrário sob o Estado e a identificação disto como uma categoria não burguesa. O fato de agroexportadores se unirem a burguesia industrial não se trata de uma falaciosa revolução burguesa, mas sim de uma *revolução passiva*. Para ele não havia um antagonismo clássico de classes, mas o discurso liberal da época de não exclusão abriu precedente para negociação entre as classes. Com efeito, o liberalismo começou a se misturar com a democracia no caso brasileiro. O Estado foi forçado a ceder às pressões e a burguesia se afastou de práticas liberais excludentes. O colapso do sistema liberal oligárquico excludente se deu pelas pressões resultantes da convergência de fatores sociais, políticos e econômicos e não pela crise de 1929 com enunciara Boris Fausto. O povo aceitou e reforçou o poder estatal, legitima o Estado como monopolizador da violência e mediador dos conflitos.

Agora havia um mínimo de parâmetros que possibilitassem uma expectativa de vida previsível, uma possibilidade de futuro, excelente para as pretensões de acumulação.

Os tenentes funcionaram como um braço armado das classes médias, uma espécie de tutores da nação. O domínio oligárquico (excludente e monopolizado) se defrontou com camadas médias excluídas, oligarquias dissidentes e tenentes. A nova elite dominante detentora do poder se encarregou de modernizar o país e inicia um processo de desenvolvimento pela mão estatal, a *via prussiana* de desenvolvimento pelo alto, por cima da sociedade civil e não uma efervescência dela. Essa modernização pelo alto, que induziu a modernização econômica através da intervenção política, revelou um caráter forte de “conservação” do sistema político, e para Werneck Vianna, esse processo constituiu em uma *Revolução Passiva*.

Por fim, é interessante ressaltar que se encontra aproximação entre os conceitos “revolução passiva”, “via prussiana” e “modernização conservadora”, desenvolvidos por Gramsci, Lênin e Barrington Moore, respectivamente. Tais conceitos que, em alguma medida, foram utilizados por intelectuais brasileiros para explicar o processo de modernização ocorrido no país, referiam-se aos processos vivenciados na Alemanha, Itália e Japão. Em todos eles, de forma simplificada, pode-se afirmar que os processos são conduzidos pela elite, de forma que as estruturas são mantidas, ou seja, mudanças de caráter conservador foram realizadas.

1.3. Autoritarismo como forma de superação do atraso

Um dos autores referências das Ciências Sociais, Max Weber, desenvolveu o conceito de autoridade de forma que esse era pertencente à Sociologia da Dominação e do Direito:

A submissão perante ordenamentos impostos por indivíduos singulares ou por vários supõe-se sempre, na medida em que para tal são decisivos não os simples temor ou motivos teleológico-rationais mas concepções da legalidade, a fé em qualquer autoridade legítima do ou dos impositores; disto se tratará em particular. (§§13, 16 e Cap. III). (WEBER, 2010, p. 71)

Como foi possível visualizar até o momento, o Brasil, que no passado, mera colônia lusitana, estava condicionada às intervenções da metrópole e também às intervenções imperialistas foi, após a Proclamação da República, principalmente e em alguma medida, se inserido no contexto econômico mundial de forma independente, conseguindo garantir alguns avanços, mas ainda mantendo sua posição de ator secundário tanto no cenário econômico interno quando externo.

A chamada República das Oligarquias, ou República Velha, foi um período de muitos problemas sociais no Brasil, muito em função de movimentos contrários à política adotada com base no liberalismo e, mais ainda em função da crise de seu principal produto de exportação, o café, que perdeu seu destino no mercado mundial, garantindo ao Brasil, mais uma vez em sua história, uma herança custosa econômica e socialmente.

A Revolução de 1930 promoveu, entretanto, mudanças de sinal positivo na vida político-partidária do país, pelo menos em decorrência dos seguintes fatos: a) abriu lugar nos quadros dirigentes para consideráveis contingentes da classe média; b) iniciou a institucionalização da forças econômicas, através da sindicalização; c) iniciou o processo de liquidação, no Governo Federal, da hegemonia de uns poucos Estados em detrimento dos restantes; d) firmou o princípio da intervenção do Estado na economia, embora sob a forma de um “dirigismo” desconexo e às vezes caótico. (RAMOS, 1957, p. 67)

O movimento que culminou na posse de Getúlio Vargas em 1930 iniciou uma política diferenciada, investindo em outros setores produtivos, e não somente no setor agroexportador, uma vez que era necessário conduzir o capitalismo em solo brasileiro de forma a preservá-lo. Aos poucos o liberalismo foi sendo trocado por um governo baseado no *autoritarismo*, e isso principalmente para se conquistar a almejada superação do atraso e o fim da desordem, para isso, era necessário um governo forte, que fosse superior, de fato, às instâncias locais.

Nas palavras de Azevedo Amaral em defesa do autoritarismo:

O Estado autoritário baseia-se na demarcação nítida entre aquilo que a coletividade social tem o direito de impor ao indivíduo, pela pressão da maquinaria estatal, e o que forma a esfera intangível de prerrogativas inalienáveis de cada ser humano. Assim, enquanto o Estado fascista, igualando-se nesse ponto essencial ao Estado comunista, encara os indivíduos como meras unidades a serem utilizadas na organização estatal como elementos destituídos de iniciativa e de liberdade, o Estado autoritário do tipo instituído entre nós pela Constituição de 10 de novembro obriga apenas o cidadão a entregar-se à coletividade no que deve e não pode deixar de pertencer a ela, mas deixa-lhe intacta a órbita em que impera soberana a sua consciência pessoal e na qual se concentram os interesses especiais que só a ele dizem respeito. (AMARAL, 1981, p. 96)

A lógica da República Velha baseava-se, em suma, em um coronelismo que regia as esferas socioeconômicas, e na falta de um corpo centrado no Estado que interferisse no meio social, gerou seu próprio colapso, em função dos movimentos sociais que se manifestaram em oposição à política de até então.

Segundo Guerreiro Ramos, a Revolução de 1930:

[...] à semelhança do que ocorreu em 1889 com a Proclamação da República, dá à classe média um lugar na esfera de decisão do País. Não é fortuito o papel dos “tenentes” no movimento e a sua presença em altos postos do Governo federal e dos Governos estaduais. É significativo que uma figura tão representativa dos meios tradicionais dominantes, como Antônio Carlos, então Governador de Minas Gerais, reconhecendo as origens dos descontentamentos que a provocaram, tivesse dito pouco antes de deflagrar-se a revolução: “ façamos a revolução, antes que o povo a faça”. É verdade que o povo, na reviravolta de 1930, pouco ou nenhum papel chegou a exercer. Como a Velha República, a Nova República nasceu também de uma rebeldia de superfície, cujo sentido as camadas populares da época não eram capazes de entender. (RAMOS, 1961, p. 29)

A partir de 1930 aumentou-se autonomia do poder central, o foco das relações políticas estariam começando a se deslocar dos coronéis para a burocracia estatal na qual se apoiava o executivo.

A revolução de 1930 não ultrapassa o significado liberal das quarteladas de 1922 e 1924. É o último elo da revolução da classe média que se iniciara mais ou menos por volta de 1910, com a Campanha Civilista de Rui Barbosa. Seu objetivo é eminentemente liberal e se diferencia das tentativas subversivas que a antecederam por ter obtido êxito. A revolução de 1930 encerrou um ciclo da nossa evolução política e abriu outro, isto é, encerrou o ciclo da constitucionalização efetiva do Estado e abriu o ciclo das lutas políticas pela estruturação ideológica dos interesses das classes sociais no Brasil (RAMOS, 1961, p. 28)

A primeira fase do governo de Getúlio Vargas (1930-1934), conhecida como Governo Provisório, se iniciou com um amplo programa de reformas e renovação, que visavam o reordenamento do Estado. E na vontade de dismantelar a República Velha (1889-1930) Vargas dissolveu o Congresso, as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, demitiu governadores e prefeitos, nomeou interventores federais e ainda prometeu convocar eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte a fim de elaborar uma nova Constituição.

Dessa forma, segundo as intenções varguistas, com a promulgação de uma nova Constituição em 1934 (Constituição que instituía dentre outras coisas, o voto secreto e

também o voto feminino) se iniciou, segundo a demarcação histórica, uma nova e segunda fase do governo de Getúlio Vargas, o Constitucional (1934-1937), diante um cenário conturbado de grupos políticos disputando o apoio da sociedade.

Getúlio Vargas combateu o liberalismo com suas medidas intervencionistas e autoritárias, também recorreu ao discurso da necessidade de resguardar a ordem pública e a segurança nacional⁷ (na verdade Vargas não queria os interesses da antiga oligarquia dominante de volta à presidência, principalmente após a Revolução Constitucionalista em 1932). Dessa forma anulou a Constituição de 1934, cancelou as eleições de 1938 e instaurou o Golpe, que deu origem à terceira fase de seu governo conhecido como Estado Novo, que vai de 1937 até 1945.

Caracterizado como autoritário, o governo de Getúlio Vargas, ou simplesmente o período de Estado Novo, foi definido e defendido pelo autor Azevedo Amaral da seguinte forma: “O estilo do Estado Novo brasileiro acha-se, portanto, imune de quaisquer contaminações das influências dos regimes totalitários, tanto comunista como fascista. Não tem, é claro, nenhum parentesco também com as formas da democracia liberal”. (AMARAL, 1981, p.102). No texto *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Azevedo Amaral propõe uma defesa ao governo de Getúlio Vargas no Estado Novo e para tal se debruça nas críticas ao Liberalismo. Segundo ele o liberalismo não pode ser compreendido como a única forma de democracia, e sim os modelos corporativistas e autoritários têm mais elementos democráticos. Parece uma contradição afirmar que um governo dito autoritário possua elementos da democracia, porém o autor faz sua ressalva afirmando que *autoritarismo* não é Fascismo (também chamado de Estado Autoritário) e que o totalitarismo corresponde à compressão do indivíduo, não sendo uma característica do Governo Vargas.

Um tanto quanto complexo e contraditório, o governo de Vargas foi, ainda, definido por Amaral, em duas palavras: democrático e nacionalista. Talvez democrático, por medidas,

⁷ O discurso da segurança nacional no Governo Vargas foi adotado muito em função de dois episódios: o Levante de 1935 e o Plano Cohen. Se posicionando contra o governo Constitucional de Getúlio, algumas guarnições, orientadas pelo líder do PCB Luís Carlos Prestes rebelaram-se. Porém, o movimento chamado também de Intentona Comunista de 1935 foi rapidamente sufocado pelo governo. O Plano Cohen caracterizava-se por um documento (supostamente criado pelo próprio governo), que servia para justificar o golpe de Estado de Getúlio Vargas. Nele continha um plano de acusar Getúlio de uma tentativa de tomar o poder nas eleições presidenciais, de forma que nesse momento frágil seria possível uma revolução comunista no Brasil, menos de dois meses depois de tornar público tal suspeita, o presidente deu um golpe de Estado, instaurando o Estado Novo.

que de alguma forma, beneficiavam o social e colocava diversos setores da sociedade “mais visíveis” e com relativa “voz”; e nacionalista muito em função de sua política econômica, amplamente expressa na criação de estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Companhia Nacional do Petróleo (CNP).

Francisco Campos em *O Estado Nacional e Outros Ensaios* também foi favorável ao governo Estado-Novista, afirmando que o golpe de 1937 veio salvar o Estado dos males que vinham prejudicando-o. Caracterizando a democracia como vontade popular ele também consegue uma aproximação entre governo autoritário e democracia, além de considerar, assim como Azevedo Amaral, o sistema liberal como um problema para o modelo democrático.

O governo Vargas se desenrolou em meio a um contexto de uma sociedade que passava de agrário-rural para sociedade urbano-industrial, se modernizava e abarcava características como o industrialismo, o nacionalismo (principalmente em oposição ao imperialismo dos EUA), inexistência de discurso partidário, paternalismo, impedimento da auto-organização da classe trabalhadora, carisma, etc. E diante às transformações socioeconômicas decorrentes da Crise de 1929 e da Revolução de 1930, somada à crise das oligarquias, ao início da Era Vargas, à transição da sociedade, à formação de um novo operariado (oriundo do meio rural) e a mais nova prioridade do Estado – a Indústria – durante as décadas de 1930 e 1940 iniciou-se o processo de expansão industrial brasileira.

O Estado Novo conquistou, em certa medida, a legitimação da sociedade, uma vez que dentre as atuações de Getúlio Vargas constavam a unificação dos Estados sob o comando de um poder central, de forma que, passou de fato a existir um sentimento nacional que antes não havia, e também canais de comunicação entre governo e sociedade, como por exemplo, *A Voz do Brasil*, que garantiu a popularização da ditadura varguista, servindo, ainda, como um efetivo instrumento de propaganda do governo.

Além disso, outra “estratégia” que utilizada durante seu governo para garantir sua legitimidade frente à força popular, foi a Consolidação das Leis Trabalhistas, com a criação do Ministério do Trabalho. Tal ministério foi de suma importância na conciliação entre as classes sociais nos meios em que havia disputa, ou seja, era o estado intervindo, moderando e conciliando as tensões sociais. A chamada “luta de classes” foi contida através da criação da Justiça do Trabalho, ou seja, um meio voltado para a conciliação entre os patrões e seus

empregados. Isso é a prova de que foi reconhecido que existiam “classes” e que essas tinham interesses em disputa.

O cidadão trabalhador passou a ter uma importância maior durante o governo Vargas, inclusive a concepção de cidadania passou a se confundir com o trabalhador, centrado na figura do pai de família, que não se comprometia com greves, nem revoluções e na representação máxima de sua condição, que possuía a carteira de trabalho devidamente assinada pelo seu empregador, o que lhe garantia uma série de direitos, que antes não lhe competiam. A carteira de trabalho tanto lhe garantia seus direitos, quanto mantinha o trabalhador sob a tutela do Estado, uma vez que era obrigatória sua filiação ao sindicato, e esse último pertencia ao Ministério do Trabalho⁸.

O sindicato dos trabalhadores não era um órgão autônomo, o que existia era o chamado *Sindicalismo Corporativista*, uma vez que o trabalhador estava totalmente submetido ao Estado, já que fazia parte dele, isso garantia a esse Estado autoritário uma ordem geral, e além de garantir melhorias de vida na condição do trabalhador, o fazia ter uma sensação de importância junto ao governo, já que era ouvido frente às suas necessidades.

O governo autoritário Estado-Novista, a partir de uma política fortemente centralizadora, investiu na industrialização do país, fomentando o desenvolvimento da burguesia, mas também do operariado. Vargas tentava aliar o bom relacionamento com diversos setores da sociedade, na tentativa de enterrar os diversos movimentos que promoveram a forte crise na década de 1920. Além disso, o Estado intervinha nos aspectos político, econômico, social e cultural.

O modelo de *modernização varguista* — dominante no Brasil desde o final dos anos 30 até praticamente o auge do regime militar de cunho industrializante de meados dos anos 70 — não poderia, para sermos estritos em termos de comparabilidade histórica, ser equiparado a uma revolução burguesa. As dúvidas e questionamentos — inclusive por parte de representantes do próprio marxismo acadêmico — são diversos: como e quando, exatamente, teria sido efetivada a hegemonia burguesa na esfera política? Quando essa classe teria

⁸ Vale lembrar que para o autor Wanderley Guilherme dos Santos tal relação do trabalhador com o Estado foi denominada “cidadania regulada” em sua obra “Cidadania e Justiça: a política social da ordem brasileira”, de forma que tal derivação de cidadania estaria efetivamente relacionada com o Estado autoritário de 1930 a 1945.

transformado de forma radical, ou decisivamente, as relações de produção no campo? Em que medida, com que extensão e sob quais condições ela teria colocado as bases de um processo de acumulação capitalista de base autônoma? Como se vê, os contrastes com o “modelo ideal” de revolução burguesa, tal como enunciado na literatura marxista tradicional — como em Nelson Werneck Sodré — ou mesmo inovadora — como em Florestan Fernandes — são aparentemente enormes.

Em oposição à República Velha, ou República das Oligarquias, que tinha como marca o atraso brasileiro, o governo autoritário de Vargas prometia essa superação, e isso se dava através do autoritarismo, uma vez que na concepção do governo, a democracia, que estava vinculada ao liberalismo, que se dava de forma excludente, Vargas propunha uma democracia social, e não política, que conseguisse abarcar os diversos setores sociais e garantir a verdadeira justiça social, “o Estado brasileiro do pós-1930 pôde então se proclamar, franca e claramente, um Estado forte, centralizado e antiliberal, sem perder a conotação de democrático, isto é, justo e protetivo” (GOMES, 2005, p.107), por isso ele investiu tanto na garantia de direitos do cidadão, ainda que mantivesse tal cidadão sob sua tutela.

O governo de Vargas foi interventor, atuante, diferentemente do que se tinha antes, já que não havia essa centralidade de poder, tinha como meta a superação do atraso. O Estado passou, de fato, a fazer parte do dia-a-dia do cidadão, ao garantir melhorias e novas condições de trabalho, ainda que limitasse alguns direitos dos trabalhadores, como o de fazer greve e de ter sindicatos autônomos. O foco do Governo era a não-revolução, a não-sublevação dos trabalhadores, que mantidos e controlados pelo Estado, poderiam contribuir para o avanço da nação, como por exemplo, contribuindo para o fenômeno da industrialização se consolidar de vez no Brasil. A ditadura Estado-Novista garantiu avanços, mas também estabilizações na sociedade brasileira, que continuava subjugada no cenário mundial, econômica e politicamente.

Quanto ao autoritarismo no Brasil, é importante fazer algumas ressalvas, tanto com relação à atuação autoritária de um determinado governo, quanto à compreensão ideológica de autores considerados da linha do pensamento autoritário brasileiro.

Para autores como Santos (1978), Paim (1987) e Moraes (1986), a ideologia autoritária brasileira, à moda de Oliveira Vianna, deve ser caracterizada como um autoritarismo instrumental. Ou seja, um pensamento político em que “o autoritarismo é um instrumento transitório a que cumpre recorrer a fim de instituir no país uma sociedade diferenciada, capaz de dar suporte a instituições liberais autênticas” (Paim, 1987, p 176). Assim, “o exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de se edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser questionado e abolido. A percepção do autoritarismo, como um formato político transitório, estabelece a linha divisória entre o autoritarismo instrumental e as outras propostas políticas não democráticas” (Santos, 1978, p.103). Esta interpretação é radicalizada, quando se afirma a existência de uma espécie de teleologia democrática no horizonte do autoritarismo instrumental. Conforme, por exemplo, Quartim de Moraes, “o autoritarismo de Oliveira Vianna é concebido filosoficamente como um pis-aller: não representa um valor absoluto (...), mas um meio político para uma terapêutica social. O horizonte ideológico para o qual aponta esta terapêutica é democrático”(1986, p. 215). (SILVA, 2001, p. 10)

Tal compreensão do autoritarismo, talvez não seja a mais propícia para se descrever o período do governo Vargas, mas o autor do artigo *Ideologia de Estado e Autoritarismo no Brasil*, Ricardo Silva, assinala que há outro tipo de autoritarismo, além de ser importante destacar que a oposição do autoritarismo é a democracia e não o mercado, o princípio do liberalismo econômico:

O segundo modelo de interpretação da ideologia do Estado autoritário a ser destacado é bem mais próximo de nossa própria perspectiva. Trata-se do modelo que caracteriza como uma ideologia de Estado o núcleo das idéias políticas dos pensadores autoritários. A principal contribuição deste modelo, desenvolvido principalmente por Lamounier (1985 e 1974), consiste em identificar o pensamento autoritário brasileiro dos anos 30 como “um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade” (1985, p. 356). Entretanto, há um sério limite heurístico na definição desse modelo; um limite derivado de uma impropriedade na caracterização da especificidade da ideologia de Estado. O autor afirma que “o fulcro da ideologia de Estado é o intento de domesticar o Mercado, e particularmente o princípio de mercado atuante nas relações políticas” (idem, p. 358) e que o predomínio do princípio estatal definir-se-ia por uma “fundamental hostilidade ao princípio de mercado” (idem, p. 359). (SILVA, 2001, p. 11)

Superar o atraso era o que se pretendia, principalmente após Getúlio Vargas assumir o poder, o rumo que se propunha seguir era o das já consolidadas “civilizações” europeias e da América do Norte, para isso era necessária a centralização do poder, com foco na modernização do poder público.

Em primeiro lugar, havia uma dimensão organizacional, materializada na necessidade de construção de uma nova arquitetura institucional para o Estado republicano. Esse novo e moderno Estado precisava abandonar o *velho princípio de separação de poderes*, que vinha sendo criticado e transformado pelo conceito germânico de *harmonia dos poderes*. (GOMES, 2005, p. 112)

Nesse sentido, o que ocorreu no governo autoritário, segundo Ângela de Castro Gomes, foi “um Executivo forte e personalizado era o instrumento estratégico para se produzir o encontro da lei com a justiça; o estabelecimento de uma nova democracia, não mais definida como política, mas sim como social e nacional” (GOMES, 2005, p.112), e tudo isso centrado na figura do presidente.

Para Guerreiro Ramos 1930 e os anos que seguiram tiveram um significado:

O Brasil mudara. Na década de 1930 os antigos círculos dominantes não mais podiam exercer o poder nos moldes exclusivistas a que estavam habituados. Tem assim de aceitar um compromisso com os industriais, que adquirem agora considerável peso específico, no mundo dos negócios, e com o estrato mais qualificado da classe média. A partir daquela data, muda a composição da minoria dirigente, de modo a que se façam sentir cada vez mais, naquela instância, com o correr do tempo, os reclamos do novo empresariado que a industrialização criou e do crescente assalariado de “colarinho e gravata”. A classe operária, embora em ascensão política, é contida na periferia de poder. (RAMOS, 1961, p. 30)

2. DEMOCRATIZAÇÃO E NACIONALISMO

2.1. Nacionalismo

Segundo o *Dicionário de Sociologia* de Raymond Boudon, *nacionalismo* pode ser considerado:

Uma corrente de pensamento e um sistema de atitudes que exaltam os valores nacionais, ou seja, as referências a uma comunidade humana à qual se pertence de maneira prioritária, em função de critérios materiais (o solo, o território) ou culturais (a história comumente partilhada) e com a qual se tem o sentimento de identificar-se. Saído da Revolução Francesa, o nacionalismo foi primeiramente uma corrente de pensamento ocidental, fixado à esquerda. A partir de 1789, exprimia uma vontade revolucionária de transformação e transferência da dependência do indivíduo para com o rei, monarca absoluto, para uma coletividade abstrata com pretensões à soberania. A este título, inspirou a maioria dos movimentos revolucionários que marcaram a história da Europa no séc. XIX e encontrou-se associado à reivindicação de Constituições. Em finais do séc. XIX forja-se pouco a pouco um nacionalismo de direita, que eclipsa progressivamente o anterior. A significação é então diferente: em vez de afirmar-se contra as formas tradicionais de dependência, este novo nacionalismo exalta a referência à comunidade nacional para melhor se distinguir de certas formas políticas modernas de dominação: o Estado, a república e até o governo representativo. O nacionalismo regressa então à tradição, à história e à natureza, valorizando as referências ao solo, à terra, às árvores). Afirmando-se num contexto histórico dominado pela rivalidade franco-alemã e pelo desejo de desforra, torna-se militarista e exibicionista, depois de ter sido, sobretudo, revolucionário e civil. Estas componentes encontram-se nos inquéritos psicossociológicos que investigam os traços característicos do sistema de atitudes nacionalistas (Michelat, Thomas 1966). A contestação progressiva do jugo colonial contribuiu para deslocar o nacionalismo do mundo ocidental para as sociedades da África, da América Latina e da Ásia. O nacionalismo saído da Revolução Francesa viu-se assim implicado em culturas inteiramente diferentes que dele tiraram em particular a ideia de nação, reconstituída em função de dados sócio históricos próprios e do contexto novo de mobilização contra os imperialismos: o nacionalismo encontra então uma nova significação revolucionária. (BOUDON, 1990, p.174)

O processo revolucionário na França culminou em uma nova perspectiva dentro do continente europeu, muitos dos revolucionários concebiam suas lutas como uma forma de defesa dos interesses de seus países, com isso surgiram as primeiras manifestações ditas *nacionalistas*.

Tal apresentação acerca da conceituação do *nacionalismo* contextualiza sua origem e correntes, mas é importante, para sua compreensão, reportar-se à concepção de Estados Nacionais, que começaram a emergir, ou ainda, a se consolidar, com o pioneirismo Ibérico, de Portugal no século XIV com a Revolução de Avis e com a unificação da Espanha em 1492; a partir do século XVI na França e Inglaterra, e mais tarde, com as unificações tardias de Alemanha e Itália. Na definição clássica de Max Weber, Estado aparece como o agente que detém o monopólio legítimo da violência dentro da sociedade.

Nação tem como sentido:

[...] uma certa maneira de agrupar os homens em sociedade, aparecida na Europa nos séculos XIV e XV, desenvolvida do século XVI ao século XVIII e desabrochada nos séculos XIX e XX. No século XX, o mundo inteiro procura imitar essa organização. O agrupamento operado pela nação funda-se em paixões, interesses e representações comuns, que impregnam os nacionais da convicção de terem um destino comum diferente do das outras nações. (BOUDON, 1990, p.173)

Conforme ressalta Helena Motta Salles Barreto em seu livro *Crise e Reforma do Estado Brasileiro*:

O nacionalismo em seu sentido moderno só pode existir a partir da formação dos Estados-Nação. A força política da ideia de nação no ocidente remonta à revolução francesa, a partir da qual consolida-se a ideia do pertencimento a uma comunidade política com fonte de igualdade e acesso à participação (cidadania). Portanto, na origem, a ideia de nação tem conotação fortemente democrática. (BARRETO, 2000, p.39)

Diante do contexto histórico de países que frequentemente estavam em guerras com os outros, para garantir territórios, e por consequência poder, compreende-se que a concepção de *nacionalismo* do século XIX colocava que a nação deveria estar acima de outras instituições, como Igreja, Estado, etc., ou seja, seria como que se para ser nacionalista, a soberania de uma nação deveria estar acima de interesses específicos e de ameaças estrangeiras.

Neste sentido, é importante recordar o conceito de *nação*. Segundo Hobsbawm, em seu livro *Nação e Nacionalismo desde 1780*, “[...] em seu sentido moderno, e basicamente político, o conceito de *nação* é historicamente muito recente” (HOBSBAWM, 1991, p.30) e:

Na recente *Enciclopédia Brasileira Mérito*, a nação é “a comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, *subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo*”. (HOBSBAWM, 1991, p.27)

A conotação democrática atribuída à ideia de nação aparece também em um trecho da obra de Hobsbawm:

John Stuart Mill não definiu uma nação apenas pela posse do sentimento nacional. Também acrescentou que os membros de uma nacionalidade “desejam que seja um governo deles próprios, ou exclusivamente de uma porção deles”. (HOBSBAWM, 1991, p.31).

Na história mundial, para Hobsbawm, o *nacionalismo* teve um período de triunfo que foi durante a Primeira Guerra (1914-1918) que marcava disputas territoriais, e ainda é possível dizer que no período entre guerras houve uma exaltação do sentimento nacionalista, principalmente pelo fato da chamada esperança revolucionária ter entrado em declínio, de forma que o nacionalismo tivesse preenchido “a lacuna deixada pelo fracasso” (HOBSBAWM, 1991, p. 173).

Ainda segundo Hobsbawm:

[...] o nacionalismo antifascista emergiu no contexto de uma guerra civil ideológica *internacional*, na qual pareciam optar por um alinhamento político internacional, e por Estados identificados com eles. Tais partidos domésticos de direita então se despojaram do apelo ao patriotismo xenófobo, que lhes servia antes tão bem, como atesta a francesa “Melhor Hider do que Léon Blum”. Essa frase pode muito bem ter tido um outro significado: antes um alemão do que um judeu; mas ela podia ser lida como: melhor um país estrangeiro do que o nosso. Isso facilitou Às esquerdas tomarem de volta a bandeira nacional do pulso, agora frouxo, das direitas. (...) trabalhadores e intelectuais também fizeram uma escolha *internacional*, mas a que justamente reforçava o sentimento nacional. (...) o nacionalismo antifascista estava sem dúvida engajado num conflito ao mesmo tempo social e nacional, como tornou-se claro no final da Segunda Guerra Mundial. (...) Daí em diante, o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subsequentemente pela experiência da luta anti-imperialista nos países coloniais. Pois as lutas coloniais estavam vinculadas às esquerdas internacionais de várias maneiras. (HOBSBAWM, 1991, p.174)

Para Hobsbawm, o nacionalismo corresponde a uma ideologia, um princípio que entende que a unidade política e a unidade nacional devem ser congruentes. Além disso, Hobsbawm compreende que nação, além de estar vinculada a um período da História, corresponde a uma forma de invenção social do próprio nacionalismo.

O pensamento e o sentimento nacionalista, de certa forma, acirraram as rivalidades entre os diversos países, principalmente durante o Imperialismo, culminando, em alguma medida, durante século XX, nas guerras mundiais, nos regimes totalitários, etc.

Os movimentos nacionalistas característicos dos anos finais do século XX são essencialmente negativos, ou melhor, separatistas. Daí a insistência colocada nas diferenças “étnicas” e linguísticas, que aparecem, às vezes, de forma individual ou combinada com a religião. (HOBSBAWM, 1991, p. 196)

Os nacionalismos político e econômico, de certa forma, passaram a fazer parte da corrente do liberalismo no século XIX, e quando o nacionalismo chegou em outros continentes, principalmente na América Latina, nos países de colônia portuguesa e espanhola, esses países passaram a proclamar sua independência.

Já na obra *Naciones y Nacionalismo*, o autor Ernest Gellner, que não conceitua o *nacionalismo* como uma ideologia, aponta concepções sobre os conceitos que dão nome à obra, e logo no início Gellner afirma que “fundamentalmente, el nacionalismo es un principio político que sostiene que debe haber congruencia entre la unidad nacional y la política” (GELLNER, 1983, p. 13).

Sentimiento nacionalista es el estado de enojo que suscita la violación del principio o el de satisfacción que acompaña a su realización. Movimiento nacionalista es aquel que obra impulsado por un sentimiento de este tipo. (GELLNER, 1983, p.13).

Ernest Gellner acredita que “El principio nacionalista puede fundarse en un espíritu ético, *universalista*” (GELLNER, 1983, p.14) na mais forte noção kantiana de universalidade, tanto que Gellner prossegue afirmando que:

Como ideario, puede apoyarse en varios buenos argumentos, tales como la conveniencia de salvaguardar la diversidad de culturas, así como la de un sistema político internacional pluralista y la de una disminución de las tensiones internas de los estados. (GELLNER, 1983, p.14)

O que Gellner defende acerca das definições de Estado e Nação é que ambas são contingência e não uma necessidade universal, nenhuma existe em todas as épocas e circunstâncias. Nesse sentido, esses conceitos criados pelo homem moderno seguem as influências do meio e das particularidades das sociedades industriais capitalistas, que possuem um sistema produtivo baseada na acumulação de ciência e também de tecnologia.

Em alguma medida, o nacionalismo, enquanto uma doutrina, partia em defesa de uma nação sobre as demais instituições dela própria, como por exemplo, a Igreja e também o próprio Estado, além de estar sobre os partidos políticos e sindicatos. Mas, principalmente, o sentimento nacionalista veio para mudar os rumos das relações entre as nações, uma vez que

sua soberania deveria aparecer acima de interesses individuais e também de possíveis ameaças estrangeiras que pudessem comprometer a nação.

2.2. Nacionalismo no Brasil

No Brasil não é possível verificar ao longo de sua história, mais propriamente após sua independência, um nacionalismo marcante e extremo como nos países onde surgiu tal compreensão de sentimento nacionalista. As raízes históricas do nacionalismo encontradas no Brasil são muito diversas da França, na Revolução Francesa, por exemplo, onde tal corrente teve origem. À época da independência do Brasil (1822), a maioria dos habitantes do país não tinha conhecimento nem interesse no movimento de independência, haviam simplesmente grupos isolados em luta por seus próprios interesses.

Ligada à ideia de nação é importante lembrar em qual contexto histórico se encontrava o Brasil, o que significava o Brasil como uma nação unificada, como um Estado:

O Brasil plasmou uma economia nacional muito antes de ser uma nação. Prescindiu de um discurso nacionalista e pôde manter à sombra a ideia de povo. Na sequência histórica, o Estado brasileiro surge sem ruptura com o passado colonial; é o resultado da transposição oceânica da Coroa portuguesa, impelida pelas Guerras Napoleônicas. Portugal, satélite da hegemonia inglesa, ao se transferir para o Novo Mundo no início do século XIX, constituiu o Rio de Janeiro como sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Quando Junot invade Portugal, a Coroa, segundo planos longamente amadurecidos, estava preparada para se transferir para o Brasil, sob o amparo da frota inglesa. Foi tão completa a mudança que até mesmo a biblioteca real, com os poucos exemplares da primeira edição de *Os lusíadas*, veio no bojo das naus. (LESSA, 2008, p.241)

Carlos Lessa apontou, portanto, que a nação política brasileira surgiu muito depois da economia nacional que já existia, a independência do Brasil foi um processo que não promoveu consequências sociais no cotidiano dos habitantes do país, não promoveu mudanças imediatas quanto ao sentimento nacionalista de seu povo, o autor ressalta ainda, o momento em que se deu o nacionalismo no Brasil:

O nacionalismo brasileiro geopolítico se desenvolveu sem fanfarras nem arrogância. A mais frequente e óbvia matriz de nacionalismo surge quando, sendo necessário para o Estado Nacional defender território e povo, é alavancado o temor, ou seja, o nacionalismo surge como escudo, alimenta a sensação de pertinência a um corpo especial, para o popular ameaçado em seus direitos. Isso dá origem a uma cronificação de sentimentos hostis e de rejeição. Isso jamais aconteceu com o Brasil, que se constituiu sem medos ou idiossincrasias. Praticamos uma variante de nacionalismo sem inimigos; que tende a desenvolver lentamente o apego a um território e decantar o orgulho com as características da cultura e qualidades de seu povo. (LESSA, 2008, p.243)

Na primeira metade do século XX no Brasil surgiu o que se pode chamar de sentimento nacionalista, que estava entrelaçado aos anseios ligados ao desenvolvimento econômico e também político, mas precisamente na década de 1920 e na Revolução de 1930. O sentimento nacionalista difundido só seria possível se o país estivesse de fato unido em suas partes, se existisse um sentimento de unidade nacional, que integrasse os povos neste mesmo território.

Com o governo Vargas começou-se, de fato, essa unificação nacional, portanto, pode-se dizer que a partir daí, em grande medida, o nacionalismo passou a vigorar. E ligado ao desenvolvimento econômico, o nacionalismo aparece muito associado ao fenômeno da industrialização.

O nacionalismo, muitas vezes associado às questões de identidades culturais, históricas, etc., foi utilizado por grupos pró-racismo, que buscavam a sustentação da ideologia das diferenças étnicas, e também para dar respaldo aos movimentos fascistas e grupos nacionalistas conservadores que defendiam o radicalismo racial.

Pode-se dizer que existem duas orientações de nacionalismo, que são diferentes em sua forma de serem conduzidas pelo governo: o nacionalismo de direita e o nacionalismo de esquerda. O nacionalismo de direita, mais comumente associado ao fascismo, focado, em suma, na imposição de uma ordem moral na sociedade, deixando de lado, por vezes, até a política econômica. E o nacionalismo denominado de esquerda, que seria aquele modelo no qual a política econômica voltada para o mercado interno se torna prioridade, colocando a soberania nacional à frente.

O nacionalismo no Brasil sempre teve em seu contexto uma disputa por diversos atores políticos, não era monopólio de apenas uma força. Em parte, o nacionalismo nasceu junto às forças armadas, principalmente no movimento tenentista dos anos 1920, mas foi mais tarde que ganhou uma nova roupagem. Com a crise de 1929, no Brasil houve o colapso de um modelo econômico agroexportador, gerando a Revolução de 1930, o que culminou na ascensão de Vargas ao poder, e medidas político-econômicas tinham que ser tomadas para resolver os problemas ligados à economia do país.

Diante de um país com economia ainda agroexportadora, com crise nesse mercado e sem possibilidade de ajuda externa foi necessário que Getúlio Vargas implantasse uma política de intervenção estatal na economia, a fim de garantir a organização econômica da produção nacional, foi essa saída nacionalista que alavancou um processo de desenvolvimento da nação do ponto de vista econômico.

Já no final do século XX o cenário era outro e Hobsbawm destacou a deficiência da utilização dos termos *nação* e *nacionalismo*. É importante lembrar que:

Como sugeri, “nação” e “nacionalismo” não são mais termos adequados para descrever as entidades políticas descritas como tais, e muito menos para analisar sentimentos que foram descritos, uma vez, por essas palavras. Não é impossível que o nacionalismo irá declinar com o declínio do Estado-nação, sem o que “ser” inglês, ou irlandês, ou judeu, ou uma combinação desses todos, é somente um dos modos pelos quais as pessoas descrevem suas identidades, entre muitas outras que elas usam para tal objetivo, como demandas ocasionais. (HOBBSAWM, p.215)

Há de certa forma, um consenso de que no caso das nações do continente americano o nacionalismo foi um fenômeno, em suma, no período moderno, pelo menos é o que se pode ser verificado com os casos dos Estados Unidos e dos países de colonização espanhola, cujas origens do nacionalismo se encontram nos séculos XVIII e XIX, respectivamente. O projeto nacional surgia de acordo com a necessidade em se tornar mais autônomo com relação às metrópoles europeias. Já no Brasil esse fenômeno fugiu à regra, sendo mais tardio ainda, somente durante o período republicano que surgiram as bases para a identidade nacional e a consolidação dos ideais nacionalistas. Pelo fato de ter sido muito mais tardio, a falta de uma

identidade nacional provocava uma convivência problemática entre diferentes “nacionalidades” na mesma unidade política, provocando diversas revoltas.

Como afirmou José Murilo de Carvalho em *A Formação das Almas*, nos primeiros anos de República no Brasil não havia um sentimento de nacionalidade, mas sim “alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e mesmo unidade política” (CARVALHO, 1990, p. 32). Durante a Guerra do Paraguai, houve uma insinuação de nacionalismo no país, mas “fora muito limitado pelas complicações impostas pela presença da escravidão” (CARVALHO, 1990, p. 32). A unidade política, ou seja, o Brasil, desde o Império era reconhecido pelos demais países do globo, mas não havia um sentimento de pertencimento dos seus habitantes.

Apesar de tardio, o fenômeno do nacionalismo no Brasil, que foi de fato consolidado no início do século XX, teve uma sustentação muito mais eficiente do que nos países que tiveram essa consolidação em anos anteriores, pois no início desse século já se podia contar com canais e instrumentos mais eficientes na implantação de um sentimento nacionalista em um território com dimensões continentais e diversidades profundas entre suas populações. Veículos de comunicação, no governo Vargas, foram muito eficientes nessa disseminação do sentimento nacionalista pretendido pelo governo, além disso, a burocracia estatal que se encontrava no século XX também permitia de forma mais precisa e eficaz esse sentimento nacional.

O nacionalismo teve algumas roupagens diversas no Brasil desde o início, na Primeira República, quando se analisa o pensamento político autoritário é possível associá-lo ao nacionalismo, já nos anos 1950, o nacionalismo estava ligado à democratização. O nacionalismo no Brasil tem muito a ver com perceber sua grande diversidade, pois ao se voltar para essa pluralidade é necessário reconstruir as diferentes trajetórias e conteúdos particulares dos nacionalismos em cada contexto histórico e social.

2.3. Nacionalismo à esquerda

Quando a proposta é discorrer acerca dos conceitos de *direita* e *esquerda*, assim como foi exposto sobre os conceitos de *nação* e *nacionalismo*, é necessário demarcar tais conceitos ideológicos que se apresentam de forma oposta. E para essa caracterização é importante apresentar uma das interpretações possíveis, que nesse momento, será utilizada interpretação de Norberto Bobbio, frente às sociedades democráticas, em seu livro, *Direita e Esquerda – Razões e significados de uma distinção política*:

“Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não são só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer. (BOBBIO, 1995, p.33)

Em suma, as compreensões centrais desse nesta proposta são: *nacionalismo* associado às concepções democráticas e um *nacionalismo positivo* que tem mais a ver com o desenvolvimento da própria nação que com relação aos demais países do globo; *esquerda* materializada em lideranças políticas inspiradas pela perspectiva da igualdade, além de como caracterizaram Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira, esquerdas que visam a mudança, seja reformista ou revolucionária, rumo à igualdade; *democracia* como sendo aquela que repousa sobre a concepção de igualdade, uma igualdade civil e jurídica entre os homens.

Semelhante ao conceito de *nacionalismo positivo* desenvolvido por Ernest Gellner, o autor Alberto Guerreiro Ramos ao falar de *nacionalismo*, aponta que esse, em longo prazo, é o que ele chama de circunstancial, por se caracterizar como meio, e não um fim, dos povos e nações “atrasados” saírem dessa condição através da *revolução nacional*.

O nacionalismo de esquerda no Brasil, ainda que algumas ressalvas em determinados governos, tende a estar mais associado ao período de Democratização (1946 – 1964), em que uma onda nacionalista e desenvolvimentista tomou conta do cenário político econômico brasileiro. O autor Hélio Jaguaribe, interpretado por Angélica Lovatto, possui a seguinte definição de nacionalismo:

O nacionalismo de Jaguaribe pode ser sintetizado como o esforço de construir o instrumental necessário para orientar uma intervenção prática da *burguesia industrial* na realidade brasileira, transformando o estado cartorial, superando os estrangulamentos políticos que caracterizavam o país, ultrapassando os pólos arcaicos e atrasados da sociabilidade e trazendo à tona a modernidade, por intermédio da instauração da industrialização e, com isso, o definitivo desenvolvimento brasileiro. (LOVATTO, 1996, p.66)

Para Hélio Jaguaribe, o Brasil passava por uma fase crucial para seu desenvolvimento desde os anos 1930, quando começou o processo de industrialização, que seria uma fase de transição. Tal fase era caracterizada por sua economia voltar-se ao mercado interno, aos interesses da própria nação. Era nessa fase que poderia ocorrer a superação frente a tamanha dependência do mercado externo.

Utiliza-se aqui a definição do autor Hélio Jaguaribe, pois ela assemelha-se ao posicionamento encontrado em Caio Prado e Guerreiro Ramos, principalmente nesse último que, nos anos 50, era enfático na questão de que o desenvolvimentismo seria crucial para o país, mas de forma que seja nacionalista, ou seja, intervindo para superar o estágio de atraso, industrializando para inserir o país no contexto internacional. Ou ainda, associando os pensamentos de Gellner e Jaguaribe, a forma de *nacionalismo positivo* que pretende a boa relação entre os Estados Nacionais visa menos a indisposição com outros países, um comportamento imperialista, e mais a desenvolvimento do próprio país. Nas palavras da autora Helena Motta:

O Nacionalismo que é uma espécie de subproduto do Estado Desenvolvimentista no Brasil está comprometido com essa tradição autoritária, porque a construção da ideia de nação se faz a partir de 1930 em confronto com as ideias liberais. (BARRETO, 2000, p.39)

A autora Helena Motta se refere ao período do governo getulista que teve forte influência da corrente do autoritarismo, e em oposição direta às ideias liberais, e assim apelava ao *nacionalismo* (na forma autoritária e interventora do Estado) para afastar essas ideias do governo.

Pode-se afirmar que o nacionalismo no contexto do Brasil requer necessariamente o desenvolvimentismo, sendo que o contrário não se apresenta ser verdadeiro. Além disso, a associação histórica mundial entre autoritarismo político com suas medidas expansionistas imperialistas, em função de um processo de reorganização geopolítica e do fortalecimento do capitalismo, tornou o *nacionalismo* identificado com a direita.

A noção de um *nacionalismo de direita*, no Brasil, está associada justamente às concepções nacionalistas de governos autoritários, e no contexto mundial, foi possível verificar como o autoritarismo político apresentava medidas expansionistas imperialistas em função de um processo de reorganização geopolítica e do fortalecimento do capitalismo. Mas, em oposição a essa corrente que liga o desenvolvimentismo a um *nacionalismo de direita*, há a corrente, que estaria mais próxima dos autores Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos, que concebe a noção de desenvolvimentismo através de um desenvolvimento interno do país, ideologicamente ligado ao *nacionalismo de esquerda*, que propõe uma evolução dos recursos produtivos, além da distribuição igualitária desses recursos.

Durante o período de uma democracia embrionária no Brasil que começou em 1946 e foi interrompido com o Golpe Militar em 1964 o discurso nacionalista foi apropriado pela esquerda, representada, por exemplo, por alguns autores do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e por parte do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Principalmente a partir dos anos 1950 o *nacionalismo* passou a se identificar muito mais com a defesa do industrialismo do que com o repúdio ao capital estrangeiro.

Os anos de governo do presidente Vargas revelaram o exemplo de governo nacional-desenvolvimentista, uma vez que apelava ao capital estrangeiro e fazia o Estado ter o comando da economia, ou seja, seguia as regras delimitadas pela CEPAL:

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) surge no final da década de 40 e seu pensamento influencia bastante os governos latino-americanos. Sua preocupação básica era explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo. A saída para o subdesenvolvimento, do ponto de vista dos técnicos da CEPAL, consistia na adoção de políticas deliberadas de desenvolvimento industrial, voltando-o para o mercado interno. Para isso foi decisiva a participação do Estado como principal promotor do desenvolvimento. (BARRETO, 2000, p.45)

O Estado no período de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) adotou a função de planejamento e coordenação do desenvolvimento da nação, não concorria com a iniciativa privada, ao contrário, estimulava-a. A Cientista Política Helena Motta Barreto afirmou ainda que “o nacionalismo é antes pensado como elemento de consenso que mobilizaria a formação de uma frente democrática de libertação nacional, com o proletário à frente e o concurso de setores das classes médias e da burguesia nacional” (BARRETO, 2000, p.54), que pode ser associado ao nacionalismo adotado pelo PCB. Tal nacionalismo nos anos de governo JK era mais voltado à industrialização e ao desenvolvimento, do que um nacionalismo que não permitisse investimentos de capitais estrangeiros no país. Isso inclusive foi uma marca forte do governo Kubitschek, um largo incentivo ao capital estrangeiro para o desenvolvimento do país, no setor da indústria especialmente.

O governo *nacionalista*, proposto com base nos autores Caio Prado e Guerreiro Ramos, seria aquele que acredita mais na soberania da própria nação do que nas ameaças estrangeiras, que não se volta aos interesses particulares dos governantes quando volta o olhar para sua lógica interna, pois esse tipo de comportamento já teria sido extinto através de uma ideologia de esquerda, que privilegia a igualdade como horizonte, e para tal, o único interesse permitido seria o coletivo.

Um governo dito *nacionalista de esquerda* tende a apontar como prioridade a política econômica, o trabalhismo, a soberania nacional, conduzindo a nação para seu fortalecimento e atentando para questões mais cruciais da população como um todo. Pode-se dizer que entre as duas formas de *nacionalismo*, a de direita e a de esquerda, a corrente de esquerda é a que fomenta a industrialização maciça, a tecnologia, o desenvolvimento de forças produtivas nacionais e o máximo aproveitamento da união dessas forças produtivas tal como do comércio justo e racional com demais nações, proporcionado o bom relacionamento externo, para fortalecer a Nação na luta contra o Imperialismo.

O *nacionalismo de esquerda*, que pode ser encontrado em Caio Prado e Guerreiro Ramos e será visto mais à frente, está associado ao momento em que a sociedade necessitava de mudanças, que o país precisava dar um salto quanto ao desenvolvimento econômico. Em suas análises, ambos apontaram a melhor eficácia de governos que valorizavam a soberania nacional, esses autores eram claramente anti-imperialistas.

2.4. Nacionalismo no Pós-45

O *nacionalismo* no período da Democratização foi marcado pelo conteúdo desenvolvimentista e industrializante, além de se apoiar fortemente nas teses estabelecidas pela CEPAL. Um pouco antes de 1946, nos últimos anos de governo Vargas, o Brasil vinha aumentando consideravelmente sua produção industrial, mas as divisas guardadas foram rapidamente gastas no governo Dutra a partir de 1946, principalmente na importação de bens de consumo.

A CEPAL, que surgiu em meio a um contexto de crise mundial, tinha como proposta estudos e publicações acerca da economia latino-americana e prescrições de soluções para esses países que se industrializavam, mas ainda carregavam problemas econômicos interna e externamente.

A América Latina não possuía uma corrente teórica capaz de dar as diretrizes para seu desenvolvimento frente ao contexto mundial, somente após a criação da CEPAL essa lacuna foi preenchida. Nos anos do governo Dutra (1946-1950) no Brasil, o país passou a ter como direcionamento a democracia representativa de inspiração liberal, a fim de contribuir para a reestruturação brasileira após a Segunda Guerra Mundial, mas havia uma descrença disseminada acerca do liberalismo econômico, de forma que as ideias cepalinas foram aceitas facilmente. Segundo a CEPAL, era necessária uma política de industrialização orientada pelo Estado, pois somente assim havia a possibilidade de superação do subdesenvolvimento.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica* abordaram na obra a questão do desenvolvimento dependente das nações periféricas da América Latina. Partindo dessa ideia exposta por eles, por um lado é certo que a história de formação do Brasil definiu sua dependência e submissão em relação às nações ditas desenvolvidas, mas contrariando a *teoria da dependência*, pode-se dizer que uma forma de governo nacionalista democrática, baseada em um *nacionalismo de esquerda*, pode promover um desenvolvimento da nação, de forma a reduzir a dependência em relação ao centro e promover o desenvolvimento das forças produtivas internas, a fim de concorrerem igualitariamente no jogo da economia mundial. Para F.H.C. não havendo revolução, a solução era um “desenvolvimento dependente associado”, em que os países periféricos seriam “sócios minoritários” do capitalismo. Dessa

forma, o grau de desenvolvimento ou subdesenvolvimento estaria relacionado não à dependência do país em relação ao centro, mas às políticas internas estabelecidas para a mudança dessas estruturas que reproduzem a dependência e a dominação.

Teorias como essa de Fernando Henrique e Faletto colaboram em certa medida para a manutenção da situação de periferia e submissão de países com histórias coloniais. Uma proposta do conceito de *nacionalismo de esquerda* à luz de Caio Prado e Guerreiro Ramos coloca à disposição dos países periféricos uma condição de mudança, de desenvolvimento, que permite ao menos uma tentativa de distribuição igualitária dos recursos da nação.

A partir da década de 1950, diante o contexto de subdesenvolvimento a que estava submetido o Brasil, surgiu uma corrente ideológica formada por intelectuais que discutiam os problemas referentes a essa submissão no contexto mundial e ainda prescrever as possíveis formas de superação dessa condição.

O IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e também o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) são exemplos do que foi descrito acima. Os intelectuais que pertenciam a esses institutos estavam voltados para a política internacional e o que ela acarretava na sociedade brasileira.

Dessa forma, o nacionalismo foi um tema recorrente nos estudos desses intelectuais, mais precisamente o nacional-desenvolvimentismo, e posteriormente uma ala ficou mais voltada à esquerda no que diz respeito à política. Portanto, pode-se dizer que um dos fortes elementos que favoreceram o desenvolvimento do nacionalismo enquanto ideologia no Brasil foi a criação desses Institutos.

O desenvolvimento do nacionalismo no Brasil, no referido período, também estava associado às políticas econômicas, como por exemplo, a Campanha do Petróleo. No segundo governo Vargas (1950-1954) criou-se a Petrobrás, fixando a autonomia brasileira na exploração do petróleo. Não se pode deixar de lado também, o suicídio do presidente Vargas, uma ação política, que em alguma medida, deixou como legado uma mobilização nacionalista.

Buscava-se também nesse período de 1946 a 1964, relações comerciais com outros países, como por exemplo, a China, demonstrando a autonomia e a soberania defendida pelo governo. Somando esses fatores, é possível afirmar que havia uma necessidade da nação em

fomentar um desenvolvimento não só econômico, mas também social, nesse contexto de nacionalismo e democracia.

É possível que, mais fortemente o nacionalismo tenha se desenvolvido durante o governo de Juscelino Kubitschek, uma vez que o nacionalismo se apresentava como um elemento central do cenário político no Brasil, inclusive promovendo uma disputa de poder em torno do tema. E ainda, do ponto de vista econômico significou o escancaramento para o mercado internacional.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) também pode ser considerado um ator que nesse período visava o nacionalismo como forma ideológica para se garantir a requisitada revolução burguesa no Brasil. PCB e ISEB, de certa forma, compartilhavam a ideia de que o próprio capitalismo, definitivamente implantado no país, via uma forte industrialização, seria capaz de superar a consolidada e problemática economia baseada no latifúndio agroexportador.

O problema que se pode encontrar nesse nacional-desenvolvimentismo, implantando fortemente no governo JK, foi o fato de não ter tido um reflexo largamente difundido em todo o território nacional, por não ter se dado de forma igualitária para todos os setores da sociedade. Como afirmaram alguns membros do ISEB, o fracasso do nacional-desenvolvimentismo estava associado à sua vinculação com o capital estrangeiro e com o imperialismo.

Após o Golpe Militar, o nacional-desenvolvimentismo foi sendo cada vez mais associado ao capital estrangeiro em detrimento do capital nacional, de forma que foram forçados pelos militares os princípios ideológicos do nacional-desenvolvimentismo instituído no período da Democratização no Brasil.

2.5. Democracia como forma de superação do atraso

No período democrático, que teve início em 1946 e durou até o Golpe Militar em 1964, de forma semelhante ao que ocorreu nos anos 1930 com a ascensão de Vargas ao poder, uma das principais finalidades das medidas políticas e econômicas adotadas pelos governos se dava em função da necessidade de se superar o atraso brasileiro, um atraso econômico e social, que se estendeu e permitiu que com o processo de democratização o tema voltasse a ser pauta de medidas governamentais, porém associado a elementos democráticos.

Durante os anos de governo autoritário, que também visava uma superação do atraso, o processo de industrialização foi sendo adotado através da intervenção do Estado na economia. No período pós Segunda Guerra Mundial, parte da ideologia industrializante permaneceu na América Latina e também no Brasil, mas por aqui prevaleceu junto ao desenvolvimento e industrialização, a incorporação de elementos democráticos na estrutura política do país, além de uma maior abertura da economia.

Nesse período da Democratização as políticas de desenvolvimento eram o eixo central, não somente as de desenvolvimento econômico, mas entendia-se que para alcançar a superação do atraso era necessário um complexo corpo de medidas de desenvolvimento em geral.

Mas vale lembrar que para o campo teórico e intelectual do nacional-desenvolvimentismo, não foram todos os governos desse período que alcançaram com eficácia a superação do atraso, uma vez que não foi alcançado concomitantemente o desenvolvimento social igualitário nas diversas regiões do país, nem para os habitantes do território nacional.

A experiência democrática desta fase de 1946-1964 teve seus percalços do ponto de vista socioeconômico, uma vez que para promover o desenvolvimento econômico do país, que estava enquadrado nos parâmetros do desenvolvimento capitalista, era necessária a associação com o capital estrangeiro e o aumento da taxa de exploração da força de trabalho. Mas em contrapartida, a partir de 1946 se iniciou no Brasil o período caracterizado como a primeira tentativa brasileira de desenvolver o processo político de acordo com um modelo democrático, de atribuições como: o estado de direito, com estatutos legais aplicados com razoável regularidade; organização político-partidária dinâmica permitindo a livre

manifestação das diversas tendências políticas, com exceção do PCB, que após um curto período de legalidade foi cassado, voltando à clandestinidade; liberdade de expressão, de crítica, de debate, de contestação e de reivindicação, através dos meios de comunicação e das manifestações e concentrações populares.

Pelo voto secreto o eleitorado do Brasil foi às urnas, fiscalizado pelo Judiciário, elegendo Eurico Gaspar Dutra como presidente, e também, deputados federais e senadores, a partir daí formou-se a Assembleia Nacional Constituinte, representada por diversos setores da sociedade, sob a representação desses parlamentares eleitos. Alguns elementos que foram inaugurados nos anos 1930 foram mantidos pelos constituintes, como por exemplo, evitar o retorno à descentralização política que era encontrada na Primeira República, permitindo as prerrogativas do Executivo e a conservação da legislação corporativista. Sindicatos e partidos coexistiam e a Constituição de 1946 permitia o acesso aos direitos políticos aos brasileiros

Mas é importante apontar que as eleições nacionais de 1945 revelaram que a estrutura *Estado-novista* não havia sido rompida de forma completa, uma vez que foi o PSD (Partido Social Democrático, getulista e conservador) que elegeu Eurico Gaspar Dutra com 55% dos votos, tal partido provinha dos quadros políticos do regime derrubado. A verdade é que os principais partidos que atuaram na vida política brasileira após 1946 vinham se organizando desde o final do Estado Novo.

Diferentemente da política nacionalista econômica exercida durante a Terceira fase do governo Vargas (que pregava o nacionalismo econômico – concepção do Estado como agente ativo nas relações econômicas do país), Dutra promoveu um recuo, que significava a diminuição da participação direta do Estado nas atividades econômicas e ausência de medidas protecionistas aos setores econômicos nacionais em face da forte concorrência estrangeira. Portanto, a economia, durante o governo Dutra, se organizava segundo o modelo liberal ortodoxo, em que o Estado se restringia somente à fiscalização de dispositivos gerais, deixando livre a iniciativa privada e a concorrência, uma concorrência injusta, pois os grupos estrangeiros tinham maior poder de competição nessas condições de mercado, e dessa forma o Brasil gerou grande acúmulo de dívidas.

No segundo governo Vargas, já no período democrático, o presidente fortaleceu a política econômica nacionalista, e esse caráter nacional-desenvolvimentista de seu governo

que apelava ao capital estrangeiro, não deixava de manter a economia sob o comando do Estado, seguindo as indicações delimitadas pela CEPAL.

Mas a crise instaurada entre os partidos contrários ao governo desembocou no suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954⁹. Nas eleições seguintes foi eleito Juscelino Kubitschek, que teve seu mandato de 1956 a 1960, e com o lema de “50 anos em 5” consolidou políticas adotadas em anos anteriores, intensificando a entrada de multinacionais no país.

O próximo governo, de Jânio Quadros, se iniciou em 1961 e no mesmo ano terminou, o presidente renunciou ao governo alegando pressão de “forças ocultas”, desencadeando uma crise que desembocaria no Golpe Político Militar de 1964, uma vez que seu vice-presidente, João Goulart, estava em visita à China comunista durante o ocorrido, tornando pretexto para os golpistas alertarem para uma possível ameaça comunista no Brasil. A saída aceita para que o vice tomasse posse do governo, evitando uma guerra civil no país, foi a aprovação de uma Emenda Parlamentarista, que limitava o poder do Executivo. Vale lembrar ainda, que Carlos Lacerda, líder da União Democrática Nacional (UDN) – partido de centro-direita formado de anticomunistas, antinacionalistas, composto pela classe média, profissionais liberais e empresários – tentou inúmeras vezes efetivar um Golpe político na tentativa de derrubar a presidência.

João Goulart, que foi Ministro do Trabalho no governo Vargas (pode ser considerado o principal herdeiro do trabalhismo getulista) assumiu com poderes limitados pelo parlamentarismo até plebiscito que foi realizado em 1963 promovendo a volta do presidencialismo. Em seu governo havia uma polarização ideológica de esquerdistas (“janguistas”) de um lado e direitistas (setores tradicionais e golpistas, UDN e Carlos Lacerda) de outro lado e foi marcado por uma crise permanente que já vinha anunciando o Golpe. A política nacionalista econômica de João Goulart, expressa, por exemplo, na criação da Eletrobrás, foi um dos motivos da crise político-militar instaurada no país¹⁰, que no dia 1º de abril de 1964 instituiu-se com o Golpe das elites políticas, econômicas e militares, com o

⁹ Interessante ressaltar aqui que o sucessor de Getúlio Vargas em 1954, após seu suicídio, foi Café Filho, fundador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) na mesma década, liderado por Hélio Jaguaribe, em um grupo que passa a fazer parte do aparelho do Estado brasileiro.

¹⁰ No dia 13 de março de 1964, João Goulart realizou um comício na Central do Brasil e lá anunciou as Reformas de Base, não somente no âmbito da reforma agrária, mas também “pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil” (Trecho do Discurso de Jango). Tal comício é associado à gota d’água para o Golpe de 1964.

apoio das classes médias urbanas e, financiado pelos Estados Unidos, interrompendo o período de consolidação democrática no país¹¹.

O que se pode perceber também é que apesar das práticas democráticas no plano político vigorarem a partir de 1946 e a nova Constituição, o processo de modernização se dava um tanto quanto baseado nas bases fundadas no período anterior, ou seja, no autoritarismo. Apesar de caracterizado como democrático, não se pode perder de vista o caráter incipiente de tal democracia, uma vez que esse período foi marcado por muitas particularidades e eventos que por si, contribuíram para culminar em um retorno ao autoritarismo, com o Golpe Civil-Militar¹².

É importante ressaltar também que a UDN, contrária às práticas autoritárias de Vargas e favorável aos ideais políticos liberais, durante o período democrático (1946-1964) tentou negar a legitimidade das eleições, uma vez que nas urnas o partido não conseguia garantir o poder, principalmente o da Presidência da República, de forma que de suas influências negativas ao processo democrático, a principal foi a o apoio ao Golpe Militar.

¹¹ Segundo a obra “A Segunda Chance do Brasil: A caminho do Primeiro Mundo”, o embaixador norte-americano Lincoln Gordon apontou que o governo dos Estados Unidos teve alguma participação ao menos na criação de um “clima” propício ao Golpe de 1964, um exemplo disso a sua própria ordem de enviar tropas norte-americanas à costa brasileira por temer uma guerra civil.

¹² A obra de René Armand Dreifuss “1964: a conquista do Estado”, uma das mais completas acerca do tema, trata do Golpe não somente como militar, mas sim como civil-militar, uma vez que a burguesia industrial foi ator fundamental para a força e vitória do movimento.

3. CAIO PRADO E GUERREIRO RAMOS NO DEBATE

3.1. Desenvolvimento brasileiro

Pode-se dividir o tema do desenvolvimento brasileiro em dois aspectos, o aspecto político e o aspecto social. Para ambos os aspectos o recorte temporal é o mesmo das discussões realizadas até então, que é o período que se inicia em 1930 com a Revolução Burguesa até 1964, quando com o Golpe Militar interrompe-se a incipiente democracia instalada no Brasil.

Quanto ao aspecto político é necessário expor e compreender as disputas ideológicas que giravam em torno de um processo de modernização, industrialização e transformação político-econômica, social e cultural que teve início no Governo Vargas. Era uma “revolução” silenciosa e sem a participação direta de todos os setores da sociedade, mas correntes ideológicas disputavam por espaço no campo político. Havia as lutas entre o industrialismo e o setor agrário; entre o nacionalismo e um não nacionalismo; e, por fim, entre o intervencionismo e o liberalismo.

Quanto à primeira luta ideológica descrita (industrialismo X setor agrário), vale lembrar que o setor agrário era muito forte no país e eram os grandes donos de terras que dominavam, não era vantajoso para eles o investimento do Estado no setor industrial, uma vez que o setor agroexportador era dominante na economia brasileira e garantia a riqueza dessa oligarquia. Como já foi exposto em outros capítulos, somente com a crise de 1929 que os rumos da economia foram mudando e passou-se a ter um maior investimento na indústria.

Correntes opostas disputavam os rumos das bases da economia brasileira, e mesmo com o maior investimento na indústria que passou a ter na década de 1930, somente nos anos 1950 que essa disputa ideológica foi caminhando para o fim, com uma indústria mais consolidada e com a população urbana ultrapassando em número a população rural do país.

O nacionalismo, que também já foi destacado no presente trabalho, até antes da década de 1930 se apresentava sob a forma de um nativismo ou mesmo um patriotismo, só ganhou corpo com a efetiva industrialização brasileira, mais precisamente a partir da década de 1950, e foi nesse momento em que a segunda disputa se dava. O nacionalismo se aliava ao

industrialismo e também ao intervencionismo, portanto, tinha como meta a substituição da economia agroexportadora, permitindo o surgimento das classes de empresários industriais e também de demais classes ligadas à indústria. Com esse processo o poder de decisão passou a estar dentro do país, garantindo mais autonomia nas relações e decisões econômicas e comerciais.

Porém, o que se percebeu no Brasil foi um processo de industrialização que mantinha o poder, e nesse caso as indústrias, nas mãos de poucos, assim como antes existia a oligarquia agrária, surgiu, portanto, uma burguesia industrial. A vinculação principal entre nacionalismo e industrialismo se deu pelo fato de que através da industrialização poderia se garantir a transformação da situação de dependência para autonomia do país. Para isso ocorrer, a saída foi um desenvolvimentismo através da intervenção do Estado, protegendo a indústria nacional. O maior problema do nacionalismo, talvez tenha sido se aliar ao capital estrangeiro, porque ao mesmo tempo em que garantia a estabilidade no início do processo de industrialização, comprometia a ideologia presente nessa corrente.

A corrente oposta ao nacionalismo apoiava-se nas características “semicoloniais” do Brasil para afirmar a impossibilidade de se realizar o empreendimento industrial, isso, pois tal corrente estava aliada aos interesses dos grandes agricultores e também ao liberalismo, de forma instrumental.

O outro ponto de luta entre correntes ideológicas opostas foi entre os intervencionistas e os liberais. O intervencionismo associado ao desenvolvimentismo era uma força que complementava o processo de industrialização e o nacionalismo, uma vez que partiam dessa intervenção estatal as ordens e determinações da forma como se daria a industrialização no país, além de garantir a segurança necessária nesse processo. Para o intervencionismo, somente com essa atuação do Estado na economia seria possível atingir um desenvolvimento econômico rápido e eficaz, seja pelo planejamento econômico ou pelos investimentos diretos realizados pelo Estado, diferentemente do que aconteceria se reinasse o livre mercado, onde a economia se autorregula.

No caso brasileiro, por trás do processo de “revolução” e industrialização a partir de 1930, as correntes ideológicas que estavam presentes, portanto, eram: o industrialismo, o nacionalismo e também o intervencionismo. Todas elas, em grande parte, presentes na classe

burguesa, e as correntes opostas estavam mais associadas às classes médias industriais e também à aristocracia rural.

O que se compreende disso tudo, dessas lutas ideológicas travadas no referido período no Brasil, é que o desenvolvimento econômico brasileiro se deu especialmente com duas forças e interesses em disputa: a classe de empresários e industriais de um lado, e de outro os grandes fazendeiros da antiga oligarquia. Vale ressaltar também, que como é possível perceber, essa luta estava travada entre classes dominantes, as disputas eram distantes das classes mais baixas, o povo era um ator secundário no processo de desenvolvimento, tanto que não garantiam benefícios efetivos que fossem capaz de mudar suas condições de vida de fato.

Nesse sentido, é importante também ressaltar o papel da esquerda brasileira no campo de disputas apresentado, que em alguma medida, no início do processo de industrialização, parte da esquerda presente no Brasil, era um braço da burguesia industrial.

O movimento de desenvolvimento econômico e industrial no Brasil, portanto teve seu início efetivo na década de 1930 e consolidou-se nos anos de governo de Juscelino Kubistchek. A industrialização foi não somente um forte meio para se garantir o desenvolvimento econômico, mas também a modernização do país, uma vez que colocou à margem as antigas classes dominantes agrárias; porém quem assumiu uma posição de liderança nessa revolução que ocorreu no Brasil não foi o povo, e sim o empresariado industrial, ou seja, mais uma vez o poder restrito, mais uma vez o povo fora das decisões.

O nacionalismo foi perdendo sua força, pois enquanto a industrialização não estava efetivamente estabelecida, tal corrente alavancava e era eficaz, mas uma vez desenvolvida e consolidada a indústria, os seus representantes, os empresários industriais não mais viam no nacionalismo uma ideologia significativa e promissora para seus negócios.

Em suma, o cenário político brasileiro teve em seu processo de desenvolvimento econômico alguns fatores determinantes como: a crise da superprodução do café e a perda de sua importância do mercado cambial; o conseqüente desenvolvimento industrial; o protecionismo tarifário; e a maior participação do povo, pelo menos no que se refere ao processo de eleições, em que passou a ter direitos eleitorais com o processo de democratização.

Entre as ideologias discutidas, a industrialização e a democratização foram mais bem sucedidas e determinantes para o desenvolvimento do Brasil, já que o país necessitava de um processo efetivo de modernização em suas estruturas político-sociais e também econômicas.

O desenvolvimento estava submetido às forças ideológicas já mencionadas, e uma vez que elas se apresentavam consolidadas e passaram a deixar de lado as correntes do nacionalismo e também a esquerda, um novo processo teve início, uma vez que as classes burguesas industriais deixaram de lado o compromisso com a nação. Essa talvez seja a controvérsia maior do desenvolvimento efetuado no Brasil, uma vez que o povo e as forças de esquerda não tiveram espaço junto às classes mais altas detentoras do capital, propiciando o retorno a formas autoritárias e problemáticas de desenvolvimento da nação e de consolidação do processo democrático.

Nesse novo processo estavam presentes também o reformismo e o conservadorismo, o reformismo vislumbrado pela esquerda a partir de 1960 questionava o desenvolvimento que mantinha as formas arcaicas de estruturas políticas, econômicas e sociais. Com o reformismo pretendia-se eliminar os privilégios de classe e garantir melhores condições de vida da população, uma vez que o desenvolvimento conquistado até então não teria sido igualitário. Como o nome já diz eram as reformas o objetivo nesse momento, não se pretendia o rompimento brusco à base de revolução, seria de forma pacífica e ancorada no nacionalismo. Na via contrária, o conservadorismo pretendia manter as estruturas rígidas, sem reformas ou modificações.

Diante de tal disputa entre basicamente forças de direita e de esquerda, e o crescente medo da direita com a possibilidade da esquerda executar uma revolução comunista e atingir o poder, que se deu o Golpe de 1964, mas principalmente em função das inclusões econômica e política dos subalternos. A radicalização do diálogo entre as duas correntes garantia a insegurança nos campos político, do desenvolvimento e também econômico, de forma que com apoio da direita, os militares assumiram o poder.

Do ponto de vista do desenvolvimento social, a Revolução de 1930 garantiu mudanças profundas quanto aos direitos dos habitantes da nação, uma vez que passaram de fato a serem tratados como cidadãos, já que somente a partir de 1930 direitos civis, políticos e sociais passaram a ser garantidos à população.

Serviu como caráter de modernização do Estado brasileiro não só os investimentos na industrialização e as mudanças econômicas, mas também o desenvolvimento social garantido às pessoas, exemplificado em seus direitos trabalhistas que foram conquistados.

3.2. O PCB e Caio Prado Junior

Caio Prado Júnior (1907-1990), era membro de uma das famílias mais tradicionais da burguesia cafeeira de São Paulo, já aos 19 anos começou sua atuação política criando o Partido Democrático (PD), apoiando a candidatura de Getúlio Vargas em 1930, porém, mais tarde se voltou contra ao governo getulista, pois esse em sua visão não propiciava as mudanças desejadas de acordo com seus anseios políticos.

Questionava o modelo capitalista, pois desconfiava da verdadeira possibilidade de transformação sócio-política e econômica frente a esse sistema. Foi então que se filiou ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e a partir de sua adesão ao Socialismo sua vida e obra foram marcadas por militância e utilização do método do materialismo histórico, influenciado pelas teorias de Karl Marx. Com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, Caio Prado tornou-se vice-presidente da seção paulista, sendo que essa experiência marcou fortemente sua militância.

O PCB (Partido Comunista do Brasil) foi fundado em 1922 e tinha como meta importante a tentativa de promover a participação política dos setores mais populares, marginalizados pelos grandes partidos. Os comunistas procuravam organizar formas e instituições que permitissem a conscientização e a atuação dos trabalhadores urbanos e, também, das grandes massas. Embora fosse um partido de esquerda, o PCB definiu-se por uma linha moderada de atuação. Partiu do princípio de que, na impossibilidade de se efetivar a revolução socialista, o partido devia se valer das contradições do sistema vigente e promover uma ampla mobilização popular.

Em 1947, Caio Prado foi eleito Deputado Estadual pelo Estado de São Paulo, mas o PCB foi colocado na ilegalidade (contradizendo em parte a abertura democrática e o pluripartidarismo por um lado, mas por outro sendo fiel ao momento histórico das democracias existentes naquele período), e assim como os outros parlamentares do partido, Caio Prado Júnior teve seu mandato cassado. A relação de Caio Prado dentro do Partido foi um tanto conturbada, uma vez que discordava de alguns pontos seguidos pelo partido, e junto com amigos comunistas insatisfeitos com a política e com a interpretação do Brasil que o PCB realizava, a partir de 1955, a Revista Brasiliense foi publicada pela Editora Brasiliense, pertencente a Caio Prado e financiada com recursos próprios, sendo sua publicação interrompida em 1964 com o Golpe Militar.

Considerado por muitos na academia o primeiro historiador “marxista” brasileiro, Caio Prado apresentou ao longo de suas obras e de sua Revista Brasiliense uma específica interpretação do processo de *A Revolução Brasileira* e debateu com os marxistas que seguiam a linha soviética sem atentar-se à singularidade de colonização e formação do Estado com base em estruturas oligárquicas, para esse autor o problema do PCB consistia na transplantação do modelo soviético de interpretações da revolução para o Brasil sem uma análise cuidadosa da formação histórica, política e econômica brasileira.

De acordo com as justificativas já apresentadas, o autor pode ser associado ao pensamento marxiano (e não marxista, considerando que essa corrente apresenta alterações do pensamento do alemão Karl Marx), uma vez que não se apropriou em seus textos, das distorções do marxismo adepto à experiência socialista vivida pela União Soviética. Caio Prado Júnior se apropriara do materialismo histórico para analisar o movimento histórico, e apontava a necessidade de se construir análises particulares com bases em teorias apropriadas ao país e não teorias gerais que prometem explicar casos diversos.

Sua obra *A Revolução Brasileira* publicada em 1966 revela que para o autor a Revolução Burguesa no Brasil se deu com a chegada da Família Real e se estendeu até o Período Regencial. Para ele as quatro etapas principais da Revolução Brasileira são: a Independência política, a supressão do tráfico africano, a imigração de trabalhadores europeus e a abolição do trabalho escravo. Para o autor a definição de *revolução* é:

Em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.11)

Ainda com relação ao significado e ao sentido da palavra *revolução*, o autor aponta que:

Não é por acaso nem por simples exibicionismo que o golpe de 1º de abril de 1964 se enfeitou do nome de “revolução”. É que seus promotores sabiam, como sabem da ressonância popular dessa expressão e da penetração que tem em largas camadas da população brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.22)

E contrário à teoria clássica do Partido Comunista, que dizia que a revolução deveria ser comandada pelas camadas democráticas burguesas contra os resquícios feudais, Caio Prado afirma ser uma teoria inviável, já que nunca existiu feudalismo em terras brasileiras.

O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver “restos”, haveria por força de preexistir a eles um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 39)

Quando o autor propunha uma análise histórica brasileira, pretendia tornar visível a história política e econômica, que são singulares e não possuem as mesmas bases da tese do feudalismo no Brasil. A importação de modelos estrangeiros estava enraizada tanto nos aspectos políticos e econômicos, quanto nas soluções ideológicas para o atraso brasileiro. A solução para a modernização do Brasil para o autor consistia também em compreender a formação do país para daí sim realizar modificações estruturais na política, na economia e na sociedade.

Portanto, nota-se no discurso pradiano, a posição contrária à importação de modelos que os progressistas da Primeira República efetuaram, e assim contrária também à importação realizada pelos comunistas brasileiros de modelos soviéticos. Para o autor não existia de fato genuinamente nem progressistas nem burguesia nacional.

Caio Prado Júnior afirmava que o Brasil já nasceu com o empreendimento capitalista mercantil, ou seja, não ocorreram em solo brasileiro todas as fases do capitalismo e as relações de produção no país não eram, portanto, de mercado no sentido clássico.

A economia agrária brasileira não se constituiu a base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelaria da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.79)

Cabe aqui a ressalva de que a escravidão no Brasil não compromete essa interpretação de que o país já nasceu capitalista, uma vez que não é somente o nível tecnológico nem o modo de exploração da força de trabalho que definem o modo de produção segundo a tese marxista defendida pelo autor.

A tese combatida por Caio Prado era considerada por ele errônea devido ao fato de que representa uma falsa interpretação da política e da história brasileira, que foi mais tarde refletida na ação histórica e política do país que desembocou no Golpe de 1964, e manteve o Brasil no atraso por manter a mesma ideologia de países desenvolvidos.

A questão chave pradiana seria que não precisaríamos de uma Revolução Burguesa Brasileira, do tipo jacobinista¹³, para trazer o capitalismo, até porque o capitalismo já estava instaurado desde a formação do país como já foi dito anteriormente. Revolução se apresentava muito mais como reforma do que como ruptura. O autor defendia que houvesse uma *revolução* para superar o capitalismo já existente, com a finalidade de se criar bases para o desenvolvimento nacional homogêneo entre as classes.

O ano de 1966 para Caio Prado marcava que:

O Brasil se encontra em face ou na iminência de um daqueles momentos acima assinalados em que se impõem de pronto reformas e transformações capazes de reestruturarem a vida do país de maneira consentânea com suas necessidades mais gerais e profundas, e as aspirações da grande massa de sua população que, no estado atual, não são devidamente atendidas. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.12)

¹³ Jacobinos foram membros de um grupo do meio urbano que se organizaram na França revolucionária e conquistaram os camponeses para suas causas.

A partir desse trecho é possível verificar o posicionamento do autor quanto à necessidade de uma revolução que atendesse aos anseios da população há séculos não atendida pelos governos nacionais. E, além disso, conforme sua tradição, a revolução brasileira iria desembocar no Socialismo.

É possível em várias passagens notar o toque *nacionalista* de Caio Prado, mas propunha um desenvolvimento nacional homogêneo entre as classes. Além disso, ao analisar o período de governo do presidente Juscelino Kubitschek apontou com veemência “nunca se vira, e nem mesmo imaginara tamanha orgia imperialista no Brasil e tão considerável penetração do imperialismo na vida econômica brasileira.” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.25) Isso comprova que para o autor desenvolvimentismo era importante, ou até mesmo crucial para o país, porém que fosse um desenvolvimentismo nacionalista que não comprometesse a soberania, à custa de abrir as portas para o imperialismo norte-americano.

Em conclusão, apesar das grandes transformações por que passou a economia brasileira, e que se vêm acentuando nestes últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se de sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e em que figura em posição periférica e marginal. Numa palavra, não conseguiu integrar-se nacionalmente. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 91)

Ao longo de sua obra o autor explicita a ideia de que no Brasil o sentido do processo econômico do desenvolvimento capitalista deveria ser essencialmente o da distribuição, e ainda que a economia não devesse ter seu funcionamento nas mãos dos interesses e da iniciativa privados, ou seja, mais uma vez reforçando o sentimento nacionalista que conduzia as interpretações pradianas.

Diante da análise dessa obra de Caio Prado foi possível visualizar o posicionamento *nacionalista* em seu discurso, e principalmente, no último capítulo do livro, intitulado *A Revolução e O Antiimperialismo*, o autor expõe sua noção de *nacionalismo*, no que tange à concepção de uma necessidade de revolução no país e na luta contra a condição de dominado que o Brasil se encontrava.

“No Brasil, a dominação imperialista tem raízes profundas que se projetam no mais íntimo da nossa vida econômica e social, e resulta de fatores e circunstâncias que vêm atuando ao longo de toda nossa formação e evolução históricas” (PRADO JÚNIOR, 1966, p.185). Segundo o autor, portanto, nossas estruturas são fruto da condição colonial que se viveu e também da dominação imperialista, e sendo assim faria parte da *revolução* compreender que:

Não nos podemos libertar da subordinação com respeito ao sistema internacional do capitalismo, sem a eliminação paralela e simultânea daqueles elementos de nossa organização interna, econômica e social, que herdamos de nossa formação colonial. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 187)

Para Helena Motta Barreto “O nacionalismo por definição une todos os segmentos sociais, e empurra para segundo plano os conflitos entre classes, setores, regiões, etc.” (BARRETO, 2000, p. 72), mas a postura adotada pelo PCB em 1956 provocou fortes tensões dentro do partido:

Ao abraçarem finalmente o nacionalismo, os comunistas estavam invertendo suas prioridades. Das duas “contradições principais” da sociedade brasileira (entre a nação e o imperialismo americano, e entre as forças produtivas em desenvolvimento e o sistema de produção semifeudal na agricultura) passam a enfatizar a primeira. (BARRETO, 2000, p. 72)

O fato é que essa nova postura do PCB afirmava uma característica dual do nacionalismo que colocava em oposição “dois Brasis”: o moderno X o tradicional. Mas compreendendo o marxismo em sua plenitude, através da perspectiva dialética, quanto “mais capitalismo” mais seu contrário é produzido, ou seja, marxistas como Caio Prado e parte dos filiados ao PCB entenderam que promover mais capitalismo seria a revolução brasileira.

3.3. ISEB e Alberto Guerreiro Ramos

Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) nasceu em Santo Amaro (BA) e ingressou nos cursos de Ciências Sociais e Direito no Rio de Janeiro por intermédio de uma bolsa concedida pela então Universidade do Brasil. Pode-se dizer que sua influência intelectual foi marcada pela tradição francesa, e mais tarde por Max Weber e pelo pensamento alemão. Entre os anos do segundo governo getulista (1945-1954), Guerreiro foi assessor do presidente e na mesma época se tornou membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Diferentemente de Caio Prado Júnior, Guerreiro Ramos tem pouco destaque na academia brasileira, principalmente devido ao seu embate com Florestan Fernandes, no que tange à discussão da proposta de sua sociologia “em mangas de camisa”, engajada em oposição à sociologia com rigor metodológico e afastada do cenário político militante. No Brasil, após a institucionalização da Sociologia, a pretensão maior e mais significativa dos intelectuais, principalmente os da USP, era a produção científica imparcial abastecida de rigor metodológico, em suma, a intelectualidade sem atuação política social, sem intervenção na sociedade a partir de um modo imparcial ideal de fazer sociológico que em geral, se restringia a identificação e descrição dos problemas sociais, uma prática difundida na época.

As Ciências Sociais brasileiras surgiram das mãos de intelectuais franceses e ingleses que trouxeram para o Brasil, com a formação do curso na USP, modelos teóricos pré-definidos na Europa e adequados à história europeia. Posteriormente no Rio de Janeiro, diferentemente dos intelectuais paulistas, os intelectuais da Sociologia representantes do ISEB pretendiam uma disciplina parcial, engajada e voltada para a atuação política. Desse que é um dos embates mais polêmicos até hoje nas Ciências Sociais brasileiras pode-se dizer que seu legado foi o esquecimento do autor baiano Alberto Guerreiro Ramos e uma Sociologia fortemente voltada para academia, negando alguns preceitos dos fundadores da Sociologia, como Émile Durkheim e Karl Marx.

Guerreiro Ramos, nos anos 1960, se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) sendo candidato Deputado Federal pelo Estado da Guanabara em 1962 conseguindo a segunda suplência, porém só permaneceu na câmara de agosto de 1963 a abril de 1964, quando através do Ato Institucional nº1 teve seus direitos políticos cassados.

No que se refere à sua interpretação sobre o Brasil, Guerreiro Ramos afirmava que diante à formação histórica brasileira, para solucionar os problemas arraigados da nação era necessário primeiro mudar as estruturas internas que foram herdadas do sistema colonial para depois lutar contra a dominação imperialista. Devido a isso, o autor apontava que a classe dominante brasileira, não possuindo uma ideologia nacional, através de uma ideologia alinhada aos países dominantes submetia o país aos anseios estrangeiros, tornando a economia brasileira de condição heteronômica, além de ter uma forte ausência das camadas populares na ocupação de cargos na burocracia estatal.

O poder, entre nós, esteve, com exclusividade, nas mãos dos proprietários de terras, quando não havia no País senão um sistema ganglionar de unidades de produção desarticuladas e autossuficientes. Em tais condições, não havia vontade popular, não se podia formar o que Rousseau chamava de “vontade geral”. O sustentáculo do poder era as oligarquias, e do compromisso entre elas resultava o governo nacional. (RAMOS, 1960, p.19)

O autor falava da necessidade de uma tomada de consciência para si, na escala individual e de classe “a tomada de consciência, por parte de um povo, da sua situação colonial, é indício de que já se esboçaram possibilidades concretas para superar essa situação” (RAMOS, 1966, p.54), mas acreditava que essa deveria ocorrer, principalmente, na escala povo/nação. Uma consciência nacional para si, para além das classes, que perpassasse as camadas populares, as médias, ou seja, que fosse além das elites dirigentes.

A obra *O Problema Nacional do Brasil*, de 1960, reúne aulas, conferências e textos de Alberto Guerreiro Ramos, que podem ser destacados como de inspiração na teoria de Karl Marx e também do pensamento alemão em geral, e que apontam temas como o nacionalismo, a modernização e o desenvolvimentismo. Em suas exposições presenciais ou textuais, Guerreiro realizava análises conjunturais acerca da estrutura social, política e econômica do país, além de se pronunciar a respeito do papel do sociólogo diante da nação.

Para ele, em 1822, com a Independência política do país o “problema nacional” ficou visível, impondo aos brasileiros a necessidade de rever e reformar as instituições instaladas e consolidadas pelo Estado português, e ainda, com a formação de um mercado interno as posições dominantes e dominados foram marcadas.

O tema do *nacionalismo* é abordado por Guerreiro Ramos como uma forma de uma comunidade elevar-se à apropriação total de si, promovendo uma consciência nacional do povo em geral e não somente das classes dominantes. O *nacionalismo* como uma espécie de empreendimento do país, que fortaleceria questões como a capacidade de autodeterminação da nação, ou seja, colocando o comando dos fatores da economia interna ao seu alcance.

Havia uma tensão entre forças centrípetas e forças centrífugas no Brasil, segundo Guerreiro Ramos, no que tange o plano econômico, e a partir de 1930 a tendência centrípeta começou a se tornar preponderante no dinamismo da economia brasileira. E somente na década de 1950, para o autor, o Brasil estava em vias de tornar-se um país efetivamente industrial, e assim alcançando o desenvolvimento associado à qualidade de vida. O autor compreendia a industrialização como um processo intimamente ligado ao nacionalismo, além disso, segundo o autor Alberto Guerreiro Ramos “A industrialização deve ser entendida como categoria sociológica. Em tal acepção é um processo civilizatório, que se propaga por todos os setores da atividade econômica e não apenas pelo setor restrito do que normalmente se chama de indústrias.” (RAMOS, 1960, p.126).

Quando afirma que o desenvolvimento só se realiza pela industrialização, Guerreiro Ramos sugere nessa obra comparações entre as regiões do Brasil, em que a região centro-oeste apresentaria um péssimo índice global de desenvolvimento e a região sul inversamente, apresentaria o melhor índice. E deixa claro ainda que:

É evidente que somente aquelas sociedades que, pela produtividade de seu sistema econômico, garantem à sua população um alto consumo de bens e serviços, possibilitam que o limite histórico da vida individual se aproxime do limite natural ou biológico. (RAMOS, 1966, p.122)

Ainda que com grandes ressalvas, o Governo de Juscelino Kubistchek promoveu uma consolidação do processo de industrialização e desenvolvimento no país, e o autor de *O Problema Nacional do Brasil* realizou análises sobre a situação:

O atual Governo da República assumiu feição distinta dos que o antecederam pelo esforço que realizava de aplicação programada de recursos públicos e privados em diferentes campos de atividade. Esta iniciativa por si só lhe dá um lugar incontestável em nossa história política e econômica. Daqui por diante nenhum governo poderá eximir-se de adotar o estilo da programação que, dessa forma, passou a ser exigência do povo brasileiro. (RAMOS, 1960, p.179)

Mas sua crítica ao governo de Juscelino, ou sua indicação da necessidade de uma revisão crítica com relação a algumas de suas principais ações é evidenciada quando o autor afirma que as alavancas do sistema econômico não devem estar habilitadas ao capital estrangeiro, como ocorreu nos anos JK (1956-1961). Assim como Guerreiro acreditava, a corrente isebiana, em concordância com a CEPAL, defendia que o desenvolvimento “[...] era sinônimo de industrialização, deveria gerar um mercado interno ao voltar-se ‘para dentro’, contrariando os interesses do imperialismo e dos setores a ele vinculados, responsáveis pela agricultura de exportação”. (BARRETO, 2000, p.59)

José Saraiva Cruz em seu texto *Guerreiro Ramos e a institucionalização democrática brasileira* apontou que Guerreiro, “assim como outros nacionalistas, era defensor de uma ‘terceira via’, organizada a partir da união dos países ‘não alinhados’ frente à crescente bipolarização mundial e de uma opção política autóctone.” (SENTO-SÉ e PAIVA, 2005, p.127). Cruz expõe sobre Guerreiro Ramos que “seus embates à esquerda e à direita colocaram-no em uma posição delicadíssima, com poucos defensores, o que fez praticamente desaparecer dos currículos e das leituras da cátedra.” (SENTO-SÉ e PAIVA, 2005, p.128).

Guerreiro Ramos encarava o *nacionalismo* como um meio e não como um fim, pois através desse movimento político do povo que poderiam ser conduzidas outras transformações sociais tão necessárias ao país. Como movimento político das massas, pode-se entender claramente que para Guerreiro as teorias que tratavam o povo como incapaz eram descabidas, e que a efetiva participação política consciente (que para o autor a consciência seria também derivada da atuação da Sociologia na educação dos jovens) seria também decisiva para o desenvolvimento da nação.

Para Guerreiro a até então recente abertura à participação política popular deveria, com o tempo, proporcionar ao país a consolidação das instituições democráticas, a aceleração do progresso e a consequente superação do atraso e do resquício colonial. (SENTO-SÉ e PAIVA, 2005, p.128)

O autor na obra em questão mostrou ser defensor do movimento emancipador popular do Brasil, mais uma vez apresentando que um processo político de superação de estruturas arraigadas e de desenvolvimento nacionalista, visando a igualdade entre a população, dependeria de seu povo e de uma ideologia nacional. O sociólogo apontou cinco características do movimento: nacionalista; de esquerda; transcende a realidade exclusiva de toda classe; dirigido pelo povo, por intermédio de sua vanguarda; democrático.

Diante do momento de incipiência democrática no Brasil, Guerreiro Ramos realizou análises, prescrições e também teorias de um desenvolvimentismo-nacionalista democrático para romper com estruturas passadas, criando um “novo” Brasil, lembrando ainda que o desenvolvimento econômico exigia um desenvolvimento político no país, com as classes mais conscientes e atuantes.

3.4. Convergências entres os autores

É possível visualizar que os autores Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos possuem convergências teóricas em alguns temas referentes ao desenvolvimento da nação, um deles é o *nacionalismo*. Acerca desses dos temas convergentes entre eles é possível traduzir suas visões, seus posicionamentos, e ainda, eles podem ser referencial para discutir questões atuais na sociedade brasileira quanto ao seu sistema político, sua economia e sociedade.

A perspectiva desses autores quanto a um processo revolucionário no Brasil também converge, pois eles tratam da revolução como um processo que, como já foi abordado, eliminasse o que estava arraigado na estrutura desde os tempos coloniais, ou seja, permitisse que a história do país se iniciasse sem estar vinculada ao Estado português como nos tempos antigos, e permitisse desenvolvimento, além de sentimento e ação nacionalista, a ainda, tal revolução não constituía ruptura abrupta.

O posicionamento de ambos quanto ao *nacionalismo* se refere a uma forma de enxergar um desenvolvimento da nação, que colocasse o povo como ator efetivo e que eliminasse os resquícios oriundos do passado colonial do país, posicionamento tal que se diferenciava do que se conhecia de perspectiva nacionalista dos conservadores do início do século XX.

Como analisou José Saraiva Cruz a respeito da visão de Guerreiro Ramos:

A formulação do ideário do Nacionalismo-Desenvolvimentista surge da importância da chamada das massas à participação política e da necessidade de sua conscientização, considerada por alguns, como Guerreiro Ramos, imprescindível para a condução do processo que chamava de *Revolução Nacional*. (SENTO-SÉ e PAIVA, 2005, p.131)

Para ambos o capitalismo já estava instaurado, mas as estruturas dominantes eram dos tempos coloniais, por isso era necessário uma ideologia, uma ação *nacionalista* que trouxesse a efetiva modernização para o país, inclusive modernizando suas estruturas, tornando-as compatíveis com a história e com os anseios da população, e enfim, trazendo o desenvolvimento, que seria acarretado por essa nova forma de conceber os atores políticos,

colocando em cena a massa, que levaria todo esse processo a culminar em uma efetiva *revolução brasileira*.

Quando os autores esboçam interpretações e análises acerca do Governo de Juscelino Kubitschek apontam de forma convergente que a situação imperialista à qual o país foi submetido, ocorreu, pois não se lutou contra as estruturas internas, a industrialização foi promovida, mas sem atentar-se para as modificações que deveriam ser feitas internamente. Com um país de estruturas internas tão ultrapassadas e marcadas pelo domínio de poucos, certamente estaria mais suscetível ao domínio imperialista dos Estados Unidos da América.

Os dois autores supracitados ainda que pertencessem a núcleos diferentes do intelectualismo brasileiro, PCB e ISEB (correntes que ao menos convergiram na interpretação do *nacionalismo de esquerda* da década de 1950), se aproximavam ao se oporem às correntes que simplesmente transplantavam teorias para a realidade brasileira. É possível observar a semelhança entre eles quanto às suas histórias de rivalidades políticas e intelectuais. A luta principal que se destaca desses autores é a necessidade de se atentar verdadeiramente para a história e a realidade do Brasil. Caio Prado reforça essa noção:

É de esperar que desta vez, e advertidos pela experiência que hoje, mais do nunca, põe bem a vivo o erro cometido, que consiste em teorizar no abstrato e na base de modelos que não se enquadram na nossa realidade, é de se esperar que se proceda, de uma vez por todas, a uma rigorosa e honesta revisão da análise e interpretação dos fatos brasileiros, e à elaboração de uma teoria revolucionária que efetivamente se ajuste a esses fatos. (PRADO JÚNIOR, 1966, p.31)

Caio Prado Júnior, autor que introduziu a leitura de Karl Marx no Brasil e se utilizava de suas teorias, e também do método do materialismo histórico, mas levando em conta sempre a situação histórica real, e a dialética, atentando para o movimento e a relação das estruturas do país.

Essa maneira, dialética em essência, de ver as coisas, não exclui a previsão histórica – e o marxismo é essencialmente uma previsão: a do socialismo. E sim funda-a no presente resultante do passado, ou antes, na dialética do presente como projeção do passado e onde o futuro previsível já se encontra incluído e implícito nas contradições ocorrentes. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.34)

Apesar de não ser associado a Karl Marx, Guerreiro Ramos apresentou traços em algum momento, de uma esquerda, no sentido de buscar a igualdade entre os indivíduos, através do desenvolvimento.

Ambos atentaram também para a necessidade de não se confundir *nacionalismo* com posturas xenófobas. Os autores propunham combater o sistema interno, que possuía estruturas do período colonial, inserir no contexto político um sentimento nacionalista, para efetivar a modernização, a industrialização, colocar o povo no cenário de atuação, e por fim, ter as ferramentas mais adequadas na luta contra o domínio imperialista e ao sistema capitalista.

CONCLUSÃO

Esta dissertação pretendeu apresentar, ainda que de um panorama geral, duas formas distintas de superação do atraso aplicadas no Brasil, ou seja, duas tentativas de modernização das estruturas políticas, econômicas e sociais do país, utilizadas em momentos diferentes da História brasileira, sendo que a primeira possuía um teor fortemente autoritário e a segunda partindo de um viés mais democrático. As formas de governo em suas essências não tiveram destaque neste trabalho, pois a intenção foi discutir acerca de suas medidas e efeitos, e não se orientar por uma discussão epistemológica dos termos autoritarismo e democracia, que necessitaria de uma revisão bibliográfica mais específica.

O autoritarismo como forma de superação do atraso encontra-se demarcado, principalmente pelo período do primeiro governo de Getúlio Vargas, e tinha como característica a necessidade de industrialização do país, a superação do passado imperial e do início da República e uma organização maior das instituições. Tal processo de modernização, de acordo com a literatura, pode ser considerado um tanto quanto conservador, visto que o processo de mudança foi efetuado pelo *alto*, ou seja, pelo Estado, e também com a participação das classes mais altas, as sempre beneficiadas no processo de construção da nação brasileira.

Frente ao que foi exposto, apesar da via autoritária, não se pode negar que algumas conquistas da sociedade durante o governo Vargas foram importantes e impactantes positivamente. Vale lembrar que mesmo sem a participação efetiva das massas, essas adquiriram um novo destaque, ainda que não fosse o de ator principal do processo, alguns direitos essenciais lhes foram garantidos a partir desse momento.

Na via democrática de superação do atraso, que tem muito a ver com o processo “fracassado” do autoritarismo, surgiram forças importantes como, por exemplo, o nacionalismo, ou mais propriamente, o nacional-desenvolvimentismo. Tal ideologia foi chave para tal período que buscava no processo de industrialização voltado para o mercado interno uma forma de modernizar a sociedade e as estruturas políticas e econômicas.

Nesta segunda tentativa de superar o atraso arraigado na sociedade brasileira que se encontram mais fortemente os autores Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos, uma vez que esses, no referido período, apontavam para a necessidade de um desenvolvimento da nação que a

tirasse da condição de subdesenvolvimento, atentasse para as suas singularidades e ainda trouxesse o poder de decisão para *dentro* do país.

Os mecanismos de patronagem que permaneceram na sociedade brasileira faziam com que formas de governo fossem utilizadas como “armas” para superar tais relações e todas as consequências de subordinação derivadas delas, e ainda, tais formas pretendiam, em alguma medida, atenuar a situação de coadjuvante do Brasil no cenário político e econômico mundial.

Os autores Caio Prado e Guerreiro Ramos, de maneira geral, apostavam em um desenvolvimentismo voltado para os interesses internos e a julgavam necessárias interpretações políticas, históricas econômicas e sociológicas singulares que fossem apropriadas com o contexto de formação e desenvolvimento da nação.

Os autores podem ser considerados convergentes em grande medida, e talvez, possam ser considerados teóricos e atuantes políticos reflexivos frente à realidade brasileira e que não adotavam a ideia de transplantar fórmulas prontas para serem aplicadas no Brasil. É possível compreender a partir desses autores que desenvolver economicamente uma nação é relativamente fácil e plausível, mas garantir o desenvolvimento igualitário, voltado para a própria nação, rompendo com as estruturas sociais e políticas é o que faz de uma estratégia sobre esse assunto eficaz ou não.

A análise do presente trabalho permite afirmar que as duas formas de superação do atraso não foram completas e não permitiram o desenvolvimento definitivo da nação no período em que foram aplicadas, mas apesar da interrupção da incipiente democracia por vinte anos, o retorno aos elementos democráticos tem sido satisfatório. E ainda, os erros cometidos serviram para direcionamento nas administrações atuais, tanto para o desenvolvimento econômico quanto social do país.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Brasília: Editora UnB, 1981, pp. 89-116.

BARRETO, Helena Motta Salles. **Crise e Reforma do Estado Brasileiro**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, pp.37-84.

BOTELHO, André. & SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Organizadores). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas – o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 2000.

COMBLIN, José. **Nação e Nacionalismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1965.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis, Vozes, 1981.

FAORO, Raymundo. **A questão nacional: A modernização**. Estudos Avançados nº 14 (vol. VI) São Paulo, 1992.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. 13ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **A organização burocrática do Exército na exclusão do**

- tenentismo.** Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, n. 2, p.7, abr./jun 1983.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- GELNNER, Ernest. **Naciones y Nacionalismo.** Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- GERMANI, Gino. **Sociologia da Modernização.** São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974.
- GOMES, Ângela de Castro. **Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o legado de Vargas.** REVISTA USP, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005.
- GORDON, Lincoln. **A Segunda Chance do Brasil: A Caminho do Primeiro Mundo.** São Paulo. Editora Senac. 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* V. 5, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Tradução: Maria Celia Paoli e Ana Maria Quirino. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 16ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.
- JAGUARIBE, Hélio. **Nação e Nacionalismo no Século XXI.** Estudos Avançados 22 (62), 2008.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- KANT, Immanuel. **À paz perpétua.** Porto Alegre: L&PM, 1989.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____ **O imperialismo, fase superior do capitalismo.** Lisboa: Avante, 1975.

_____ **O programa agrário da socialdemocracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907.** Goiânia: Alternativa, 2002.

LESSA, Carlos. **Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira.** Estudos Avançados, 22 (62), 2008, pp. 237-256.

LOVATTO, Angélica. **A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe — os tempos do ISEB.** Lutas Sociais. 3, 1996, pp.59-88.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã. Parte I.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____ **Manifesto do Partido Comunista.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____ **O Capital: Crítica da Economia Política.** São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Economistas).

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno.** São Paulo: Martins Fontes, 1975.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A Sociologia do Guerreiro.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira.** 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____ **Evolução Política do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1954.

_____ **Formação do Brasil Contemporâneo.** 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____ **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Crise do Poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

_____ **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.** Rio de Janeiro: Editorial Andes Ltda, 1957.

_____ **O problema nacional do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2007. pp.131-153.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Editora Universidade de Brasília – Brasília/DF: Editora Ática – São Paulo/SP – 1989.

_____ **Do Contrato Social.** Tradução de Ricardo Rodrigues da Gama. 1ª ed. São Paulo: Russel, 2006.

SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça – A Política Social na Ordem Brasileira.** 3.ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SENTO-SÉ, João Trajano. & PAIVA, Vanilda. (org.) **Pensamento Social Brasileiro.** São Paulo: Cortez Editora, 2005. p.127-150.

SESC, Departamento Nacional. **Sinais Sociais**. Rio de Janeiro. vol.7 nº19 p.1-128 (maio/ago. 2006), 2006.

SILVA, Ricardo. **Ideologia de Estado e Autoritarismo no Brasil**. Cadernos de Pesquisas, nº 26, Abril 2001.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. Covilha: LusoSofia:press, 2010.

_____. **Ensaio de Sociologia**. (org. WRIGHT MILLS, C. E GERTH, H.H.) Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A Revolução Passiva**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

_____. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 4ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.